

**Universidade Federal Fluminense
Instituto de Ciências Humanas e Filosofia Programa
de Pós-Graduação em Filosofia**

Valter Ferreira de Oliveira

**A Teoria da Proposição no *Da
Interpretação* de Aristóteles**

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Filosofia da UFF como
requisito parcial para obtenção do grau de
mestre em filosofia.

Linha de Pesquisa: História da Filosofia

Orientador: Guilherme Wyllie

Niterói

2013

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

O48 Oliveira, Valter Ferreira.

A teoria da proposição no Da Interpretação de Aristóteles / Valter Ferreira Oliveira. – 2013.

80 f.

Orientador: Guilherme Wyllie.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de Filosofia, 2013.

Bibliografia: f. 79-80.

1. Aristóteles. Da interpretação; crítica e interpretação. 2. Proposição (Lógica). I. Wyllie, Guilherme, 1973-. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.

CDD 185

Valter Ferreira de Oliveira

**A Teoria da Proposição no *Da
Interpretação* de Aristóteles**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da UFF
como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em filosofia.

Aprovada em 02 de setembro de 2013.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Guilherme Wyllie
Universidade Federal Fluminense (orientador)

Prof. Dr. Paulo Alcoforado
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Mariluze Ferreira de Andrade e Silva
Universidade Federal de São João del Rei

A meus pais (*in memoriam*)

Agradecimentos

Agradeço aos Professores Paulo Alcoforado e Guilherme Wyllie, pela orientação da presente dissertação, pelos conselhos, avisos e estímulos com que sempre me prodigalizaram. A eles devo o que ela encerra de melhor.

Agradeço ainda ao Prof. Walzi Sampaio da Silva pelo apoio dispensado ao *curós* de todas as etapas da realização da presente monografia.

Resumo

A presente dissertação tem como objetivo realizar uma apresentação e discussão, de ordem preliminar e exploratória, da teoria do termo e da proposição em Aristóteles, a partir do *De Interpretatione*. Porque o tema não recebeu ainda tratamento em língua portuguesa, partimos de um traçado de ordem histórica, sobre o trânsito das obras de Aristóteles até nossa época; em seguida, discorremos sobre sua teoria do termo e dela, sobre sua teoria da proposição. Ressaltamos a apreensão de Aristóteles sobre a proposição como discurso exteriorizado, em oposição ao estatuto intelectual do juízo, sua contrapartida. Discutimos o enorme impacto da teoria aristotélica da proposição sobre a gramática latina, com amplos reflexos em nossas gramáticas normativas atuais. Finalmente, discutimos a variação, dentro da própria doutrina aristotélica, deste tema, quando tratado em outros contextos como por exemplo nos *Primeiros Analíticos*. O tom geral do trabalho é o de trazer primeira aproximação ao expressivo importe de originalidade e invenção, presentes na teoria de Aristóteles sobre termo e proposição.

Abstract

This work aims at preliminarily presenting, exploring and discussing Aristotelian theory of the term and the proposition, as embedded in his book *De Interpretatione*. Since this theory has not been fully addressed in Portuguese language yet, we started from a historical sketch, about the trails of Aristotle's works through times to their reaching of our days, moving towards Aristotelian theory of the term and from this, to the focusing of his theory of the proposition. Moving forward, we highlight Aristotle's awareness of the proposition as outspoken speech, as opposed to the judgment, its purely intellectual counterpart. We also stress the massive impact of Aristotelian theory of the proposition on Latin language grammar, fully reflected over our current normative grammars. Finally, we cast some light on the variation – within Aristotelian framework proper – of this field, when themes fall addressed in different contexts: for instance, in his book *Primeiros Analíticos*. This work general overtone is to promote a first catching of the stunning originality and sharp industry to be found in Aristotle's theory of the term and the proposition.

Sumário

Introdução	1
Capítulo 1: Aristóteles e sua Escola	4
1.1. Academia	5
1.2. Viagens	5
1.3. Atenas	7
1.4. Fuga e Morte	8
1.5. A Escola Peripatética	9
1.6. A Biblioteca do Liceu	11
1.7. As Obras de Aristóteles	16
Capítulo 2: O <i>Órganon</i> Aristotélico	18
2.1. O <i>Órganon</i>	18
2.2. Autenticidade	19
2.3. Cronologia	22
2.4. O Conteúdo do <i>De Interpretatione</i>	25
Capítulo 3: Teoria do Termo	29
3.1. Definição	31
3.2. Categorias	34
3.3. Sofística	38
Capítulo 4: Teoria Aristotélica da Proposição	55
4.1. Análise da proposição categórica	59
4.2. Análise da proposição modal	66
Conclusão	75
Referências Bibliográficas	78

Introdução

Os escolásticos, mas de certa forma também Aristóteles, dividem as operações lógicas em três: conceber, julgar e raciocinar. Contudo, eles entendem que em sentido estrito a lógica é a disciplina que tem por objeto de estudo apenas o raciocínio, e enquadram o conceber e o julgar não como atos da razão, mas do intelecto. O ato de conceber é tomado e entendido como uma operação simples e por tal razão, qualificado como ‘mera apreensão’. Por esta operação é que o conhecimento humano se apossa da essência das coisas. Sua manifestação ou publicitação se dá através de um item linguístico que recebe o nome de ‘palavra’ ou ‘termo’. O ato de julgar, a segunda operação lógica, é uma operação complexa, que envolve conceitos, já apreendidos pelo intelecto unindo-os ou separando-os a fim de que se conheça a verdade ou a falsidade. O conteúdo desse ato é – por alguns lógicos – chamado de ‘juízo’ e, por outros, de ‘proposição’. Sua manifestação ou explicitação linguística, porém, é por certos filósofos chamada de ‘sentença’. Aqui, seguindo uma outra tradição, tomaremos o vocábulo ‘proposição’ para designar a expressão linguística conjuntamente com seu conteúdo.

O ato de raciocinar – isto é, a terceira operação lógica – é de natureza ainda mais complexa, que envolve proximamente juízos, mas por uma atividade (não do intelecto ou inteligência), mas da razão. Nesta operação, o conhecimento parte de uma verdade conhecida para chegar a uma verdade previamente desconhecida. Por

tal motivo, diz-se que a primeira operação é ordenada em relação à segunda, e esta relação à terceira. O conteúdo da atividade de raciocinar recebe o nome de ‘raciocínio’, e quando manifestado pelo discurso oral ou escrito vem a ser qualificado de ‘inferência’ ou ‘argumento’. Desta maneira, o estudo da lógica formal, enquanto uma disciplina objetiva e científica envolve não propriamente o conceito, o juízo e o raciocínio, mas os itens linguísticos: termo, proposição e inferência. Donde, a importância de refletir a respeito da linguagem ao se abordar esta questão.

A primeira sistematização da natureza da linguagem encontramos no *Da Interpretação* de Aristóteles, uma obra provavelmente de sua fase inicial. A concepção geral de Aristóteles em face desta questão se encontra na seguinte passagem desta obra.

Os sons emitidos pela fala são símbolos das afecções da alma, enquanto que os caracteres escritos são os símbolos dos sons emitidos pela fala. Tal como a escrita, também a fala não é a mesma em toda parte. Mas, as afecções da alma, de que sons falados e os caracteres escritos são diretamente sinais, são as mesmas em toda parte, como são também os objetos dos quais essas afecções são imagens (*Int.*, 16a4-8). .

Nesta passagem, Aristóteles encerra toda sua concepção geral de linguagem, mas não em todos os seus desdobramentos. De fato, nela consta os quatro componentes do processo apreensivo e comunicativo: as coisas, as afecções da alma, as palavras faladas e os sinais escritos. Os dois primeiros são invariáveis no contexto dos seres humanos, enquanto que os dois últimos - as palavras faladas e escritas - estão sujeitos não só à variação como também à transformação. Como se depreende das considerações acima, Aristóteles está envolvido não só numa mesma sistematização da semiose humana, mas também num processo comunicativo voltado para o conhecimento da realidade. Para complementar o que acima dissemos, basta levar em conta a seguinte passagem, onde fica clara a natureza convencional dos sinais falados e escritos.

O nome é um som vocal significativo por convenção. A convencionalidade consiste em que nada é por natureza um nome, mas converte-se em um ao se tornar um símbolo. Pois, mesmo os sons inarticulados [como o dos animais] significam alguma coisa. Mas nenhum deles é um nome (*Int.*, 16a19; 26-29).

A proposição é um caso particular deste processo de semiose: aquele em que os sinais se compõem de tal modo que se tornam aptos para expressar pensamentos que retratam os fatos e os estados de coisas.

Cumpra, porém, não esquecer que nome, frase e proposição não significam da mesma maneira. E também há que se ter presente que a proposição e seus componentes sub-proposicionais tampouco significam de igual modo. Pois, como ele escreve ‘uma proposição’ (*lógos*) é um som vocal em que as partes isoladamente são significativas, enquanto expressão, não enquanto afirmação [ou negação],’ *Int.*, 16a26 ss.

Analisando detidamente o passo acima, vemos que três classes de expressões satisfazem as exigências aí contidas: (I) proposições não assertivas e, assim, carentes de valor de verdade – tal é o caso da prece, ordem, indagações; (II) proposições não assertivas ainda que constituídas de nome e verbo – as definições; e (III) proposições assertivas dotadas de nome e verbo que expressam um valor de verdade – proposições assertivas e modais. E esta última classe de expressões que será objeto da presente dissertação.

Capítulo 1

Aristóteles a a sua escola

Aristóteles nasceu em Estagira (Stavró, na atualidade, antiga colônia jônica na costa oriental da península Calcídica) em 384 a.C. À época, Estagira era a cidade mais opulenta e desenvolvida da Calcídica, uma *polis* autônoma e de todo emancipada da Macedônia, e em que se falava a língua grega. Seu pai, Nicômaco de Estagira era médico e descendente dos Asclepiades, ao que relata uma tradição, uma família tradicionalmente dedicada à prática médica. Seu renome deveria ser muito grande, já que era médico de Amintas III da Macedônia, avó de Alexandre, o Grande, de quem Aristóteles será mais tarde preceptor. Sua mãe, Féstis era de uma família de Cálcis (Eubéia). Nada mais de relevante se sabe a respeito da descendência de Aristóteles, a não ser que teve um irmão, Arimnesto, que morreu sem descendência, e uma irmã mais velha, Arimnesta, que veio a se casar com Próximo de Atarneu, de cujo casamento tiveram um filho que recebeu o nome de Nicanor, a quem Aristóteles virá mais tarde a adotar.

Seus pais morreram quando ele ainda era muito jovem, quiçá antes mesmo de ter atingido a adolescência. Tal fato levou Aristóteles a ser acolhido, ao que se supõe, por sua irmã Arimnesta e seu cunhado Próximo de Atarneu. De sua infância e a adolescência passadas em Atarneu pouco mais é relatado, e o que se relata é conjectural e de historicidade discutível.

1.1. A Academia

No sentido de aprofundar sua educação, Aristóteles com a idade de 18 anos (c.366 a.C) foi enviado para Atenas a fim de se matricular na Academia de Platão. A Academia, “jardim de Academo”, era o nome do lugar - ginásio ou jardim - de Atenas em que Platão reunia seus discípulos até fundar sua escola. Fato que se deu logo após a morte de Sócrates (399 a.C), assim que voltou de sua viagem à Siracusa, cidade da Sicília. Nada sabemos como se processava o ensino na Academia, nem quais eram seus professores, nem os currículos e nem sua organização administrativa. Sabemos que seus alunos eram denominados de ‘acadêmicos’ e também que a Escola perdurou por muitos séculos e passou por três fases bem distintas: Antiga, Média e Nova Academia.

Aí, Aristóteles permaneceu por 20 anos até a morte de seu fundador (348 a.C). Também aqui quase nada sabemos sobre com quem teria estudado, o que lhe teria sido ensinado e como teria aprendido nesta sua longa estada em Atenas. Portanto, sobre todos esses anos aí passados praticamente nada chegou até nós. Aliás, tudo que chegou são meras anedotas e narrativas irrelevantes e destituídas de todo interesse histórico. Assim, ao chegar a Atenas é provável - é dado elucubrar - que Aristóteles tenha, de início, frequentado as palestras que tinham lugar na Escola de Isócrates (436-338 a.C), notável orador e exímio mestre de retórica, já que nesse momento Platão se encontrava em Siracusa. E, por força de sua ausência, sua Escola estava sob a direção de Eudoxo de Cnido,¹ um amigo de Platão e que por certo teve uma importante influência sobre o jovem Aristóteles, como atestam dois de seus livros, *Do Céu e Meteorológicos*, que tratam de conhecimentos a respeito dos quais Platão não mostrava quase nenhum interesse.

1.2. Viagens

Com a morte de Platão (348), seu sobrinho Espeusipo torna-se o diretor da Academia e ainda, e, sobretudo, com a tomada do poder pelo partido anti-

¹ Eudóxo de Cnido (c.400-350 a.C) era um notável matemático e astrônomo e um jovem contemporâneo de Platão.

macedônico Aristóteles, em companhia de Xenócrates², é levado a deixar Atenas e se dirigir, de início, a Atarneu (Tróade), na Ásia Menor, talvez movido por um convite de Hérmiás que então reinava em Atarneu com poderes absolutos e que se cercava de um pequeno grupo de filósofos platônicos.³ Passado algum tempo, Aristóteles abandona Atarneu e se desloca para Asso - cidade da Mísia que fora a pouco anexada a Atarneu – e aí prossegue suas investigações dedicando-se aos estudos das ciências naturais e das constituições das diversas cidades gregas. Tempos depois, ele se move para Mitilene, em Lesbos, ilha do mar Egeu e pátria de Teofrasto que viria a ser discípulo e mais tarde seu sucessor na direção do Liceu. Aí passou um ou dois anos. Presume-se que seja nesse momento e nessa região que Aristóteles deu início a seus estudos de ciências naturais. E pesquisas recentes mostram que foi aí que foram escritos seus tratados de botânica e zoologia.

Nesta rotina, encontrava-se Aristóteles quando se depara com o convite de Filipe, rei da Macedônia, para orientar os estudos de seu filho Alexandre, recém-entrado na adolescência, e que mais tarde será chamado de Alexandre III, o Grande. Por certo, tratava-se de um posto muito visado e muitos platônicos e isocráticos, o deviam estar ambicionando. Contudo, a força das relações da família de Aristóteles com a corte macedônica e do renome que já nesse momento já deveria ter feito com que a opção incidisse sobre ele. E, assim, na primavera de 343, já tendo assumido essa função, ele se encontra totalmente absorvido por essa atividade tutorial. Não se sabe o que teria Aristóteles ensinado a Alexandre. É provável, porém, que tenha sido algo relativo ao domínio das humanidades, do direito e da organização política e administrativa do estado. Mas em que proporção e sob que ótica doutrinária é impossível de ser dito.

Em 341, porém, Hérmiás é derrotado e morto por Artaxerxes III, rei persa, o que fez com sua filha adotiva de Hérmiás, Pitíade, se refugiasse na corte de Filipe da Macedônia. Com ela Aristóteles virá a se casar e ter uma filha (c. 334) que recebeu o nome da mãe. Mas, Pitíade, primeira mulher de Aristóteles, virá a falecer ao que se conjectura em torno do ano de 327. Fato que o levou mais tarde a se unir a uma jovem estagirita chamada Herpílis. É certo que Aristóteles não exerceu por

² Xenócrates de Calcedônia (c. 396-314 a.C) foi discípulo de Platão e, mais tarde, diretor da Academia.

³ É dito que este tirano se comprazia em ter a seu redor artistas e intelectuais e se fazer aconselhar em certas decisões de Estado por um pequeno grupo de platônicos.

muito tempo sua função de tutor, pois o jovem Alexandre com a idade de dezesseis anos passou por inteiro para a atividade política e militar. Mas só após a morte de Filipe e a ascensão ao trono de seu aluno Alexandre é que Aristóteles se afasta em definitivo da Macedônia.

1.3. Atenas

Em 336 a.C., com a morte de Filipe II, Alexandre assume o trono da Macedônia. Após ter passado treze anos em viagens, Aristóteles regressa a Atenas entre os anos de 335 e 334. Aí ele funda uma Escola que virá a receber o nome de Liceu ou Perípatos que se torna um centro de ensino e pesquisa da maior importância. Aristóteles permanecerá em Atenas por 12 anos, vindo a desempenhar uma fecunda atividade de ensino, escrever um conjunto de livros da maior importância e originalidade, e ainda criar todo um material científico, oriundo de suas pesquisas, como cartas geográficas, mapas anatômicos etc.

O Liceu era, na verdade, um grande ginásio,⁴ consagrado a Apolo, situado fora dos muros de Atenas - a leste da cidade, nas cercanias do rio Ilissos – em que tradicionalmente se assistiam filósofos e oradores manifestarem de público seu pensamento.

Segundo a tese tradicional, Aristóteles ao voltar à Atenas teria aí fundado uma escola, que veio a receber o nome de Liceu. E há quem acrescente ainda que isto se deu pela compra ou arrendamento de uma ou mais edificações. Ao assim falar, supõe-se que estamos diante de um centro de ensino e pesquisa dotado de uma sede, com as devidas instalações, como bibliotecas, museu, salas de aula e toda uma organização administrativa. Esta tese, recentemente, foi objeto de severas críticas por parte de alguns historiadores, reparos e também, de completa rejeição. Segundo I. Düring, autor de uma das mais completas e detalhadas biografias de Aristóteles, esta explicação é de todo improcedente. Segundo ele, Aristóteles não fundou qualquer escola, no sentido em que hoje entendemos. No período helenístico, diz este historiador, a versão que circula é a de que ele seria ‘o fundador da filosofia peripatética’. Só mais tarde, com Clemente de Alexandria

⁴ Um ginásio, em sentido ateniense, era um grande espaço público, arborizado, dotados dos devidos apetrechos esportivos e com destinações várias que iam desde a prática de esportes até um local de palestras e reuniões.

(c.160-c.215d.C.), grande teólogo e filósofo cristão, teria tido início o relato da fundação em Atenas de uma escola por Aristóteles que recebeu o nome de Liceu. E ainda segundo Düring, esta versão lendária decorre da frase obscura de Hermipo de Esmirna (fl. III a.C.) ‘tomou para si uma escola no Liceu’.⁵ Enquanto uma instituição de ensino, dotada de certa organização, possuidora de um currículo e de uma grade de disciplinas, entende Düring, só a partir de Teofrasto tem lugar

O ponto de vista de Düring, não e pode negar, corrige os excessos oriundos da versão tradicional. Mas não se pode admitir por outro lado, que Aristóteles ministrasse seu ensino e desenvolvesse suas pesquisas ao ar livre ou em dependências públicas de livre circulação, como num ginásio ou um jardim. O fato de Aristóteles ser um meteco só seria em Atenas um obstáculo intransponível se ele não tivesse as relações que sempre teve com a corte de Pela.

Além das palestras e aulas, diversos colaboradores contribuía tanto para o ensino como para as mais diversas formas de investigação que aí eram desenvolvidas – tais, como, astronomia, cosmologia, biologia vegetal e animal, geografia, constitucionalismo, história etc. Pois, sabemos que Aristóteles animava e incentivava indagações nos mais distintos quadrantes do conhecimento. Ao próprio Aristóteles devemos as mais vastas e profundas indagações no âmbito da metafísica, ética, lógica, teoria da ciência, psicologia e política.

1.4. Fuga e morte

Com a morte de Alexandre em 323 a.C, Aristóteles se viu ameaçado pela facção anti-macedônica ateniense que o acusava de macedonismo. Acusação muito séria, uma vez que dois meses após a notícia da morte de Alexandre, Atenas declara guerra a Macedônia. Para se livrar da acusação de asebéia (impiedade) e de inúmeras outras invectivas, ele não hesitou em abandonar esta cidade e a refugiar-se em Cálcis, na ilha de Eubéia, terra em que nascera sua mãe. Sabemos, contudo que, em setembro de 323 a Macedônia vence as forças atenienses e, assim, mantém seu controle sobre a cidade. No entanto, era muito tarde para Aristóteles pensar em

⁵ I. Düring, Aristotle in the Ancient Biographical Tradition, apud A. P. Mesquita, *Introdução Geral*, p. 99ss.

regressar, já que sofria - ao que algumas fontes árabes relatam - de uma grave moléstia estomacal, da qual virá a morrer, com 62 anos, em 322 a.C.

1.5. A escola peripatética

Reconstruir a história do aristotelismo é uma tarefa difícil por força das frequentes vinculações de doutrinas autenticamente aristotélicas com outras linhas de pensamento. A escola aristotélica de filosofia em Atenas foi chamada, por força de um passeio público aí existente, de ‘peripatética’. Sabemos que Aristóteles começa seu ensino no Liceu em torno do ano 335 a.C, mas como estrangeiro (“meteco”) não podia ser proprietário de imóveis. E, portanto, durante toda a sua vida não houve em sentido material uma “escola” aristotélica. Ainda que fosse um meteco, mas pela proteção de Demétrio de Falera, um influente estadista pró-macedônico, sob a liderança de Teofrasto de Éreso (370-287 a.C.), a escola veio a adquirir prédios, como consta de seu testamento. Cumpre reconhecer que a escola foi por ele grandemente impulsionada. Teofrasto, cujo autêntico nome era Tirtamo, nasceu em Éreso (Lesbos) e estabeleceu uma estreita e definitiva amizade com Aristóteles desde que o conheceu em Mitilene (Lesbos). Foi professor de Demétrio de Falera e manteve relações cordiais com Cassandro e Ptolomeu I Soter do Egito. Dirigiu o Liceu desde 322, data em que Aristóteles se ausenta de Atenas, até sua morte (287 a.C.). Era conhecido por sua eloquência e escreveu extensamente sobre os mais distintos domínios do saber. Infelizmente, porém, pouco de seus escritos chegaram até nós. É o criador da doxografia - entenda-se, da história da filosofia e da ciência - como atesta o que nos restou de seu livro *Opiniões dos Físicos*, que constitui nossa fonte mais importante sobre inúmeras doutrinas. Deixou sua biblioteca (que incluía a de Aristóteles) para Neleu de Cépsis, filho do socrático Corisco.

Com a morte de Teofrasto, o Liceu passou a ser dirigido (de 287 a 269) por Estraton de Lâmpsaco (c.335-269), filho de Arcesilau, e seu terceiro escolarca. Antes de dirigir o Liceu, Estraton foi preceptor, no Egito, de Ptolomeu II Filadelfo. Foi o último diretor a ter convivido diretamente com Aristóteles e Teofrasto. Cultivou a lógica, a metafísica, a moral e a política. Mas seu interesse principal recaí, no entanto, na área da psicologia e da física, que lhe garantiu o sobrenome de ‘O físico’. Com ele começa o afastamento progressivo da escola em relação ao

autêntico pensamento aristotélico. Em seu testamento, Estraton escreve as seguintes palavras um tanto surpreendentes. ‘Deixo a escola para Lícon, porque os restantes são por demais velhos ou estão demasiadamente ocupados em outras coisas.’

Lícon de Troas (fl. III a.C), natural da Frígia, filósofo aristotélico, veio a ser o quarto escolarca do Liceu. Neste momento a escola conhece um declínio e um acentuado desinteresse pela tradição peripatética. Foi um exímio retórico e dialético, cuja preocupação se centrava em questões de ordem ética.

Segue-se o quinto escolarca, Ariston de Cós (fl. III/II a.C), que dirigiu a escola entre 225 e 190, e polemizou com os acadêmicos e estoicos. Foi um orador eloquente, ainda que qualificasse a eloquência de uma arte perigosa. Sobre sua direção a escola reconquistou novamente sua importância, e em filosofia assumiu uma atitude eclética em que se mesclavam doutrinas aristotélicas, estoicas e epicuristas.

Critolau foi o sexto escolarca e dirigiu o Liceu entre o ano de 190 a 155 a.C. Após sua direção, seguem-se os escolarcados de Diodoro e Erimeneu dos quais pouco ou quase nada se sabe, apenas que foram o sétimo e oitavos diretores do Liceu. A seguir, sabemos da existência de dois outros escolarcas sobre os quais nem sequer conhecemos seus nomes e que foram, respectivamente, o nono e o décimo diretores.

Por fim, temos Andrônico de Rodes (fl. 40 a.C) que veio a ser o décimo primeiro escolarca. Nasceu e estudou em Rodes, conhecido centro de estudos aristotélicos. Em data que desconhecemos (entre 50 e 40 a.C) viajou para Roma, onde estudou com o gramático e bibliófilo Tirânio de Amiso, sendo seu colega, de Estraton e de Boécio de Sídon. Nesta cidade, empreendeu a tarefa hercúlea de editar e organizar as obras de Aristóteles que após a morte do filósofo tinham deixado de circular. Entre os que continuaram o seu trabalho de propagação do aristotelismo destacam-se Boécio de Sídon, Ariston de Alexandria, Eudoro, Xenarco e, sobretudo, Nicolau de Damasco.

1.6. A biblioteca do Liceu

O acervo da biblioteca do Liceu⁶ era constituído, ao que se presume, de exemplares de obras publicadas e de obras não publicadas. Isto é, livros,⁷ transcrições e registros⁸ de palestras e conferências ministradas em um de seus ambientes. A importância desses registros e transcrições não estava apenas para se servirem de base para as aulas que periodicamente se repetiam, mas também no fato de propiciarem a possibilidade de sua revisão, sempre que fosse o caso. Com efeito, sobre esses registros e transcrições eram aditadas aqui e ali notas e observações marginais. Por vezes, o próprio registro como um todo era também objeto de desenvolvimentos, resumos e paráfrases. Sempre que necessário, cópias eram tiradas desses textos de aula ou de conferência, o que inevitavelmente dava origem a novas variantes⁹ e, ao que se diz, ao aperfeiçoamento do texto. Não infreqüentemente, tais cópias passavam também a fazer parte do acervo da biblioteca.

Talvez não seja de todo deslocado tecer, aqui algumas considerações sobre a natureza material do livro nessa época. Nesse momento, os livros eram originalmente de papiro ou de pergaminho. Com isto não queremos dizer que na Antiguidade só se escreveu sobre esses materiais. Como se sabe, além da pedra e da cerâmica, era freqüente a utilização de pequenas pranchetas de madeira ou de marfim recobertas de cera para se escrever. Mas de tais materiais não se produziam livros; estes eram de papiro ou de pergaminho.

Na Grécia, o papiro começou a ser empregado a partir do século VI a.C. Um livro deste material era em grandes linhas, elaborado da seguinte maneira: as folhas do papiro eram coladas umas às outras, formando uma longa banda que a seguir era enrolada em uma peça de madeira. O comprimento dessa banda era variável, podendo chegar até quarenta metros, mas em princípio nunca excedia a medida

⁶ Não existe um relato de época sobre a biblioteca do Liceu. Para imaginarmos seu acervo ou composição dependemos de relatos indiretos - bibliográficos históricos e literários - os mais diversos.

⁷ Há que se ter presente que a palavra 'livro' está aqui sendo tomada em sentido mais amplo que o usual. Nesta acepção, um livro pode ter as mais variadas dimensões: desde algumas páginas a dezenas ou centenas de páginas.

⁸ Chamo 'transcrição' de uma palestra o texto oriundo não diretamente do palestrante, mas do ouvinte; e denomino 'registro' de uma palestra o texto oriundo do próprio palestrante.

⁹ O copista, ao copiar um texto, cometia inevitavelmente enganos, e com freqüência nele intervinha com reparos e modificações. Esta cópia com tais alterações constituía uma variante do texto original.

para um fácil manuseio. O texto era escrito em colunas, cujas linhas chegavam a conter, segundo o padrão mais disseminado, trinta e cinco letras. De 50 em 50 ou então de 100 em 100, as linhas eram numeradas. Os títulos dos capítulos eram escritos em tinta vermelha e cada rolo recebia uma etiqueta que continha o título da obra. Os rolos que compunham uma obra eram, com frequência, amarrados por um laço, e se esta obra fosse de grande valor era encerrada em uma caixa especial.

O pergaminho era outro material empregado na confecção de livros. Como se sabe, ele provém da pele de um animal, quando tratada por certos agentes químicos. Desde o segundo milênio era conhecido no oriente e os gregos da Iônia dele se serviam desde o quinto século a.C. Mas ele só se tornou difundido no segundo século a.C., época em que aparecem as grandes bibliotecas, notadamente a de Pérgamo, a que se deve o nome de pergaminho. A vantagem do pergaminho sobre o papiro está em que aquele pode facilmente ser disposto sob a forma de caderno, vindo assim a assumir, quando justapostos a outros, a aparência de um livro em sua feição atual. Uma vez preparadas, as folhas de pergaminho eram cortadas e dobradas para formar um caderno que, em geral, era de quatro folhas. Estes cadernos eram costurados em conjunto, a fim de formar um livro, cujas páginas eram numeradas e cujo título aparecia em seu início.

A biblioteca do Liceu encerrava obras sobre os mais distintos e variados temas e assuntos, já que os aristotélicos cultivavam todas as formas de saber¹⁰, desde a lógica e a filosofia, passando pelas ciências sociais, naturais e jurídicas, até a história da ciência e do pensamento filosófico.

Às obras que constituíam o acervo da biblioteca do Liceu tinham acesso tanto alunos quanto professores. Portanto, todos os livros e manuscritos que compunham a biblioteca eram, ao que parece, do domínio comum dos membros permanentes da escola¹¹.

¹⁰ O ensino ministrado no Liceu sempre foi, sobretudo quando este se encontrava sob a direção de Teofrasto, de máxima feição enciclopédica - isto é, aquilo que os gregos denominavam de *polymathía* (ou *polymátheia*), palavra que literalmente quer dizer “grande instrução” ou “vasto saber”. De maneira mais técnica e específica ela pode significar: i) acúmulo de vasto acervo de conhecimento; ii) acúmulo de vasto acervo de conhecimentos isolados não integrados entre si e não reduzidos à unidade. Esta, porém, não era aceção desejada pelos aristotélicos. Com efeito, com sua filosofia da ciência, os peripatéticos procuravam alcançar um conhecimento integrado e subordinado a um saber superior e mais amplo.

¹¹ Aqui, entende-se pela palavra ‘livro’ os manuscritos que eram divulgados e pela palavra ‘manuscrito’ propriamente, os manuscritos que não eram objeto de qualquer publicidade.

De direito, porém, eles eram propriedade não da comunidade de alunos e professores, nem do escolarca, uma vez que nenhum deles podia dispor, como bem entendesse, da totalidade desse acervo. A gênese desse direito passa, em nossa opinião, pela seguinte trajetória. Tratando-se de Aristóteles, é inequívoco que os livros eram de sua propriedade, já que ele mesmo os escrevera ou os comprara. Por se sentir dono desse acervo, Aristóteles a ele deu o destino que entendeu ser o melhor. Vale dizer, dividiu os livros em dois grupos: parte pertenceria ao Liceu; parte constituiria sua biblioteca pessoal. Os livros que ele tomou como de sua propriedade particular foram legados a Teofrasto. Este, tendo recebido por herança os livros de Aristóteles, entendeu que eles eram de sua propriedade particular e que, sendo assim, tinha o direito de legá-los a quem entendesse. De fato, legou a Neleu de Cépsis todos os seus livros que, por sua vez, serão legados mais tarde a Estrato de Lampsaco. Assim, criou-se o princípio jurídico que definia a posse e regia a sucessão dos livros que Aristóteles reservara para sua propriedade particular. Quanto aos demais, que ficaram pertencendo à biblioteca do Liceu, pode-se conjecturar que, a princípio, não podendo ser doados, dificilmente estariam expostos à possibilidade da redução em seu acervo. Com efeito, ao que tudo indica, nunca o Liceu ficava carente de livros e manuscritos já que a sua função de ensino e pesquisa não parece ter sido afetada por algum tipo de doação.

Parece historicamente bem estabelecido que os manuscritos e originais de Aristóteles ficaram fora de circulação por, aproximadamente, duzentos e cinquenta anos, isto é, do tempo de Neleu (uma geração após Aristóteles) até a época em que viveu Andrônico de Rodes. Este fato teve, como veremos mais adiante, importantes consequências sobre a evolução posterior do aristotelismo grego e romano. Daí seu estudo não ser um mero tópico de erudição acadêmica, mas algo de muito significativo para o historiador do pensamento antigo. Para podermos aprofundar a análise da história da transmissão dos livros de Aristóteles cabe decompor esta questão em três fases.

A fase inicial tem curso quando Aristóteles em seu testamento lega sua biblioteca a Teofrasto. Este, por sua vez, decidiu deixar ‘todos os livros’ a Neleu, filho de Corisco, que os levou para sua cidade natal, Cépsis, que se encontrava

situada na Tróade.¹² De modo mais detalhado, Estrabão nos fala da ‘biblioteca de Teofrasto que incluía a biblioteca de Aristóteles’.¹³

A fase intermediária tem lugar quando os herdeiros de Neleu, mesmo sem manifestar qualquer interesse especial pela filosofia, resolveram guardar para si os inestimáveis manuscritos, enterrando-os por temerem que os Atálidas deles se apossassem, já que nesta ocasião tratavam de edificar a biblioteca de Pérgamo. Assim ocultos, permaneceram por quase duzentos anos, sofrendo a ação destrutiva da umidade e do mofo, até serem adquiridos pelo bibliófilo Apélico de Teos, em torno do ano 90 a.C., que os transportou para Atenas.

O relato de Estrabão nos conduz inevitavelmente a uma complexa questão de crítica histórica. Não seria esta versão por demais fantasiosa? Teriam esses rolos, enterrados, perdurados por 200 anos? Sob tais condições, não teriam sido antes destruídos pelo mofo e pela traça? Se as respostas a tais indagações forem afirmativas, impõem-se de imediato as seguintes questões: o que realmente teria ocorrido aos livros de Aristóteles? Qual seria o sentido histórico da narrativa de Estrabão? Desacreditando da versão tradicional, Grayeff nos dá a seguinte explicação. Em geral, as obras de Aristóteles sempre foram visadas pelas grandes bibliotecas que nessa época começavam a surgir, vale dizer, Alexandria, Pérgamo, Rodes e Antioquia. Em particular, por razões que não cabem ser aqui expostas, é pensável que existisse um grande acervo de obras aristotélicas na biblioteca da cidade-estado de Pérgamo. Com a derrocada de Pérgamo, especuladores entraram em ação com o intuito de se apossarem de seus inúmeros tesouros entre os quais, importa destacar, sua renomada biblioteca. Neste contexto, emerge a figura de Apélico de Teos,¹⁴ que teria adquirido direta ou indiretamente da pilhagem que ocorreu em Pérgamo, segundo o relato de Estrabão, ‘tanto os livros de Aristóteles quanto os de Teofrasto’ e feito, logo a seguir, cópias baratas e ruins desses livros. Este fato não poderia, no entanto, vir à tona, pois, do ponto de vista legal, os tesouros de Pérgamo eram de propriedade de Roma. Fez-se assim circular a estória que nos relata Estrabão para dar aparência legal a uma ação criminosa.¹⁵

¹² Cf. D.L., V, 52; Estrabão, *Geografia*, XIII, I, 54ss.

¹³ *Ibid*, XIII, I, 54.

¹⁴ Apélico de Teos (c. 150/40 - 87/6 a.C.) é um livreiro que fez fortuna em Atenas vendendo, ao que parece, edições “piratas” de obras desconhecidas de autores renomados. Ao que se diz, ele teria sido condenado por furto de documentos públicos de arquivos atenienses.

¹⁵ Cf. F. Grayeff, *Aristotle's*, 71-5.

A última etapa da transmissão dos livros de Aristóteles começa com a observação de que seus livros não ficaram por muito tempo em Atenas, uma vez que em 86 a.C., Sila invadiu esta cidade e, entre outras coisas, confiscou os livros que se encontravam na casa de Apélico e sob suas ordens foram transportados para Roma. Nesta cidade, foram postos sob custódia de uma biblioteca pública e, ao que parece, passaram por algum tempo despercebidos da curiosidade geral. Ganhando a simpatia do bibliotecário (cujo nome nos é desconhecido), o gramático Tirânio pôde manusear os manuscritos, a fim de estudá-los e organizá-los. Tirânio falou a Cícero sobre esse precioso acervo, e este, por sua vez, também veio a manuseá-lo.

Este fato não está dissociado, ao que parece, da mudança de imagem que sofre o aristotelismo. Com efeito, no período helenístico, por se desconhecer os escritos esotéricos¹⁶ de Aristóteles, este era tomado apenas como o mais distinguido discípulo de Platão, que escreveu inúmeras obras de esclarecimento e exposição das doutrinas de seu mestre. Do momento em que Cícero tem contato com os escritos de Aristóteles, esta imagem errônea e deturpada começa a se desfazer. Aristóteles passa a ser progressivamente admirado como um filósofo, autor de um sistema original, digno de ser estudado pela profundidade e extensão de suas doutrinas. Aristóteles começa assim a ser lido e admirado a partir da segunda metade do primeiro século a.C.

Tempos depois, entre 40 e 20 a.C., os manuscritos de Aristóteles foram analisados por Andrônico de Rodes - um erudito e filósofo peripatético que deve ter estudado sob a orientação do filósofo estoico Posidônio, que professou em Rodes e em Roma. A atividade de Andrônico consistiu nas duas seguintes tarefas. De um lado, era seu propósito reorganizar a escola peripatética e reativar os estudos aristotélicos que tinham, pelas razões que vimos acima, caído em verdadeiro descrédito. Neste sentido, ele assumiu em Atenas a direção da escola, tornando-se o sétimo escolarca depois de Aristóteles. Em segundo lugar, era também seu intento realizar uma edição crítica e de alto nível das obras que Sila trouxera para Roma. Assim, pela primeira vez, pôde o mundo erudito ter acesso a todos os textos aristotélicos mediante uma edição satisfatória. Não se sabe até que ponto ele teve conhecimento do trabalho anteriormente realizado por Apélico. Mas é certo que

¹⁶ As obras de Aristóteles – assim como as de Platão – são divididas em *esotéricas* (àquelas que por sua tecnicidade são dirigidas a um público restrito e especializado) e *exotéricas* (obras de divulgação, dirigidas a um público amplo e não especializado).

tudo quanto sabemos de Aristóteles tem por base a edição de Andrônico que, com pequenas exceções, encerra os livros que hoje conhecemos. Com isto não queremos dizer que antes da edição andrônica a escola peripatética estivesse privada de todas as grandes obras de seu fundador. Em sentido absoluto, tal não é o caso, uma vez que deveriam circular, mesmo em vida de seu autor, cópias de seus mais importantes trabalhos.

Após esta edição, começou-se a perceber que o aristotelismo propriamente dito não se encontrava nos livros que em vida Aristóteles publicara para um círculo mais amplo de leitores, mas nos escritos esotéricos que Andrônico fora, ao que parece, o primeiro a editar. A profundidade destes escritos fará paulatinamente cair no esquecimento até desaparecerem de toda a obra previamente conhecida - isto é, os escritos exotéricos - fazendo com que se imponham os escritos inicialmente redigidos para um círculo diminuto de iniciados - vale dizer, as obras esotéricas. É neste contexto que aparecem, agora para o grande público, as obras que no século VI d.C. receberão o nome de *Órganon*, isto é, instrumento do conhecimento ou da ciência.

1.7. As obras de Aristóteles

Os catálogos antigos de que dispomos das obras de Aristóteles são derivados das *Vitae Aristotelis* de que temos conhecimento. A respeito dos livros de Aristóteles temos quatro fontes oriundas dessas *Vitae*. São as seguintes: (i) a de Diógenes Laércio; (ii) a que se atribui a Hesíquio de Mileto; (iii) a de Ibn-al-Qifti; e por último, (iv) a de Ibn-Abi-Usaibia. Repetindo o que acima dissemos, todas essas listas se encontram inseridas numa biografia do Estagirita. Elas, porém, não coincidem ao enumerar suas obras. De fato, as duas primeiras, a de Diógenes Laércio e a que se atribui a Hesíquio de Mileto, discrepam de maneira acentuada entre si. Mas, cumpre observar que as duas últimas – isto é, a de al-Qifti e a de Usaibia, ambas de autores árabes do século XIII, que declaram as ter hauridas de um certo Ptolomeu al-Garib, que floresceu no século IV d.C., na província de Roma, e de formação neoplatônica - são praticamente idênticas e só se distinguem quanto a detalhes.

Diógenes Laércio é o autor da celebre obra *Vidas e Doutrinas dos Filósofos Ilustres*, a respeito do qual cumpre que se diga alguma coisa. Trata-se de um historiador cuja importância reside em ter escrito uma obra, nem sempre historicamente fidedigna, que encerra as mais importantes fontes para o estudo e a reconstrução do pensamento antigo, sobretudo, do pensamento helenístico. De seu nome, vida, origem e formação nada se sabe, exceto que deve ter vivido na primeira metade do terceiro século d.C. Diógenes é um compilador de um vasto repertório bibliográfico e doutrinário, hoje de todo desaparecido. Há que se reconhecer só raramente ele se vale das obras originais relativas a um autor ou a uma corrente filosófica. Por outro lado, sistematicamente se serve de anedotas com o objetivo de descrever ou caracterizar os distintos traços do caráter ou do pensamento dos filósofos que ele estuda. Nele, porém, encontramos um detalhado catálogo dos livros de Aristóteles. Cf. *Vidas*, V, 22-27.

O segundo catálogo das obras de Aristóteles de que dispomos remonta a um texto Hesíquio de Mileto (século VI d.C.) e editado no período renascentista por Gilles de Ménage(1663). Este catálogo hesiquiano, também chamado com frequência de ‘menagiano’ ou ainda do ‘anônimo’, posto que não está em definitivo estabelecida sua proveniência. Contudo, nele vemos uma variante de uma lista antiga dos livros de Aristóteles que discrepa em diversos pontos das listas de Diógenes Laércio e de Ptolomeu Al-Garib.

Há que ser dito, porém que nenhum desses catálogos cumpre a mais importante missão que é de estabelecer a autenticidade de tais obras. E por tal razão, eles perdem em grande parte sua utilidade, uma vez que eles sequer acenam para esta questão. Assim sendo, o problema da autenticidade dos livros que são atribuídos por esses autores a Aristóteles só pode ser atacada pelo exame interno de cada uma dessas obras individualmente. Por importante que seja esta questão, no entanto, ela é por demais técnica e extensa para ser aqui objeto de um estudo aprofundado. No capítulo a seguir, porém, diremos algo sobre este tópico.

Capítulo 2

O *Órganon* aristotélico

2.1. O *Órganon*

As obras de Aristóteles podem ser classificadas sob diversos aspectos. Aqui, destacamos suas obras técnicas ou científicas em: lógicas, metafísicas, ciências naturais, morais, políticas e teoria das artes. De todas essas obras a única que presentemente nos concerne são as que dizem respeito à lógica. No que respeita à essa disciplina, os livros que nos chegaram são os seguintes: *Categorias*, *Da Interpretação*, *Primeiros Analíticos*, *Segundos Analíticos* (ou *Analíticos Posteriores*), *Tópicos* e *Refutações Sofísticas*. De início, uma questão importante, quanto ao presente contexto, é determinar o que significa e quem aplicou o termo ‘*órganon*’ à lógica aristotélica.

O termo ‘*órganon*’, na acepção de instrumento do conhecimento ou da ciência, foi inicialmente aplicado por Alexandre de Afrodísias (c. 200 d.C.), um dos mais importantes comentadores de sua obra, ao sistema lógico que Aristóteles desenvolveu e, mais tarde, pelos comentadores neoplatônicos do século sexto, ao conjunto das obras lógicas de Aristóteles. Neste último sentido, este termo subsiste até hoje. Entretanto, importa repetir, não mais como alternativa para a palavra ‘lógica’ mas como rótulo que abrange indistintamente todos os tratados lógicos de Aristóteles.

Como as datas indicam é certo, porém, que não foi Aristóteles, e como sabemos esta palavra significa apenas “instrumento”. Contudo, encontramos nos *Tópicos* duas passagens em que esta palavra é utilizada. Na primeira se diz o seguinte ‘além disso, como contribuição para o saber filosófico, o poder de discernir e trazer diante dos olhos as consequências de uma e de outra das hipóteses não é um instrumento (*órganon*) para se desprezar (163b9-12 tr. Vallandro). Temos ainda outro passo, nesta mesma obra, em que se lê o seguinte: ‘os meios (*órgana*) pelos quais logramos estar bem supridos de raciocínios são quatro’ (105a21 tr.

Vallandro). Como se vê nas passagens acima, o vocábulo *órganon* não apresenta nenhuma acepção peculiar e em nada evocam o uso posterior e especializado que assumiu este vocábulo no sentido de conjunto das obras lógicas de Aristóteles.

No Renascimento, houve também quem dissesse que teria sido Andrônico de Rodes (c.40 a.C) que atribuiu este significado técnico a esta palavra grega (J. Leroux, M. Michelet). Há que se reconhecer, porém, que isto não passa de uma mera conjectura sem qualquer fundamento textual, pois nada indica que o termo ‘*órganon*’ aplicado aos livros lógicos de Aristóteles tenha origem em Andrônico. Esta é hoje uma hipótese totalmente descartada. É certo, porém, que ela remonta ao peripatético Alexandre de Afrodísias (fl. 200 d.c) e que entre os séculos quinto e sexto com Amônio, Simplicio, Davi e Filópono ficou em definitivo sedimentado, na acepção de conjunto dos livros lógicos de Aristóteles. Mas é provável que só a partir do século XV esta designação tenha entrado em definitivo no mundo de língua latina.

A seguir vamos rapidamente examinar a questão da autenticidade das obras que compõem o *órganon*.

2.2. Autenticidade

***Categorias* (ou “Dos Predicamentos”)**. Os filósofos gregos antigos não impunham um título em seus livros. Estes eram citados pelo incipit ou mediante um conjunto de palavras descritivas de seu conteúdo. No caso do tratado das categorias o título que encontramos nos manuscritos, ‘*Categorias*’ (ou ‘*Predicamentos*’), é por certo o mais pertinente e provavelmente o mais antigo. Toda vez que Aristóteles se vale dessa palavra, ele não se refere ao título dessa obra, mas ao conteúdo do livro. E, assim, podemos dizer que Aristóteles nunca se manifestou explicitamente a seu respeito pela menção de seu título.

Um problema que foi até pouco tempo objeto de muita controvérsia, é o que versa sobre sua autenticidade. Prantl a julga apócrifa, mas é um fato, que as teorias expostas nesse livro não deixam de ter um cunho aristotélico o que é algo que corrobora sua autenticidade. Sabemos também que os antigos comentadores gregos tinham como autêntica e a citavam sem qualquer hesitação. A principal dificuldade no que tange a autenticidade dessa obra são os cinco últimos capítulos (X-XV) que

são conhecidos como os *Pós-predicamentos*.¹⁷ De fato, não se sabe dizer com certeza se esse apêndice é de autoria de Aristóteles. Há quem entenda que parece ser uma obra não de Aristóteles, mas de um peripatético pensada à obra principal.

Da Interpretação. Trata-se de um livro que versa sobre a teoria da proposição assertórica e modal. O título *hermeneías* oferece de início, uma dificuldade, uma vez que esta palavra quer dizer “interpretação” e no livro em questão não há qualquer alusão a questões relativas a interpretação. Por tal motivo, os comentadores medievais conservaram o título por extenso: Hermeneia ou Tratado da Proposição, com o acréscimo que se lê em Diógenes Laércio. Esta obra é, na verdade, um tratado sobre a proposição seja ela assertórica ou modal. Sendo assim o título dessa obra para ser efetivamente descritivo deveria ser algo como *Da Proposição* ou *Da Expressão*. Tal fato deu origem a algumas especulações nenhuma das quais efetivamente conclusivas.

O *Da Interpretação* cita dois livros lógicos de Aristóteles – os *Analíticos* e os *Tópicos* – e não é citado por nenhum de seus escritos.

Sua autenticidade foi na antiguidade contestada por Andrônico de Rodes sob a alegação de que não é citada por nenhuma obra de Aristóteles. Contudo, Alexandre de Afrodisias defendeu sua autenticidade. Hoje é quase unanimemente tida como autêntica.¹⁸

Primeiros Analíticos. Obra em dois livros onde desenvolve a teoria do silogismo. A palavra ‘analítico’ é a transliteração do grego *analytikós*, palavra que quer dizer ‘análise’ ou “decomposição”. Não sabemos se este título foi escolhido por Aristóteles ou por algum de seus contemporâneos. Aristóteles cita diversas vezes os *Analíticos*, seja se utilizando deste nome seja acenando para seu conteúdo, mas sem nunca acenar para sua decomposição em *Primeiros* e *Segundos*. Já na Antiguidade eles eram decompostos em *Primeiros Analíticos* e *Segundos Analíticos*. O primeiro expõe sua teoria do silogismo, enquanto que o segundo, da demonstração e da ciência. Aparentemente esta divisão não remonta a Aristóteles, mas muito cedo foi

¹⁷ Os pós-predicamentos são aquelas noções que podem ser atribuídas a todos ou a alguns dos predicamentos. São eles: oposição, prioridade e posterioridade, simultaneidade e posso (ou hábito).

¹⁸ Cf. J. Chevalier, *La Notion du Nécessaire*, p. 269-274.

realizada por algum discípulo imediato. É um fato, porém, que os *Primeiros Analíticos* são uma obra muito mais elaborada, detalhada e cuidada que os *Segundos Analíticos*, que mais se assemelham a um esboço de livro.

A questão da autenticidade dos *Analíticos*, tanto do primeiro como do segundo, sempre esteve fora de qualquer dúvida.

Segundos Analíticos. Obra em dois livros que versam sobre a demonstração enquanto conduz a ciência. Sua autenticidade nunca foi constatada.

Tópicos. Em oito livros que tratam da dialética e do conhecimento provável (endoxal). Seu título original é *topikà* plural do termo grego *tópos*, que quer dizer “lugar” ou “localização”. Desde a antiguidade admite-se que tanto o título como o livro seja autênticos, já que são citados diversas vezes em diversas obras.

Refutações Sofísticas. Nada mais é que o nono livro dos tópicos, que trata das inferências sofísticas. Os *Tópicos* eram originalmente constituídos de nove livros. Cedo, porém, seu último livro foi destacado da obra original e transformado em um volume isolado e a parte veio a receber, entre outros títulos, o de *Sophistikon elenchon*. Trata-se, portanto, de uma continuidade, em certo sentido, da conclusão dos *Tópicos*. Sua autenticidade é indubitável, já que Aristóteles a ele o remete diversas vezes, seja mediante esse título seja mediante alusões descritivas a seu conteúdo doutrinário.

2.3. Cronologia

De saída, cabe tecer três considerações que hoje parecem bem estabelecidas¹⁹. A primeira se resume a constatar que tanto as *Categorias* quanto o da *Da Interpretação* constituem obras da etapa inicial de suas investigações lógicas. Ao que parece, segundo a crítica interna e externa, estas obras foram redigidas em uma etapa que antecede aos demais tratados do *Órganon*.

¹⁹ O conteúdo das informações que sob esta rubrica expomos foi originalmente exposto no artigo ‘Cronologia das obras lógicas de Aristóteles’ de Paulo Alcoforado.

A segunda diz respeito aos *Tópicos* que eram, tal como Aristóteles os redigiu, constituídos, não só de oito livros, como de edições atuais, mas de nove livros, em que o nono livro seria o que a tradição denomina de *Refutações Sofísticas*. Importa ter presente, portanto, que as *Refutações Sofísticas* nada mais é do que o nono livro dos *Tópicos*.

A terceira versa sobre os *Analíticos* que tradicionalmente são decompostos em *Primeiros Analíticos* e *Segundos Analíticos*. Mas ao que parece, Aristóteles não decomps este livro do mesmo modo que o fez a tradição posterior. Tal como ele concebe, tratar-se-ia de um único livro e não de dois. A primeira pista da distinção entre os *Primeiros Analíticos* provém não de Aristóteles, mas de Alexandre de Afrodisias, em seu comentário aos *Primeiros Analíticos I*. Esta decomposição também encontramos na lista das obras de Aristóteles inventariada por Diógenes Laércio. Mesmo tratando-se originalmente de um único livro, de um ponto de vista cronológico, cabe indagar se Aristóteles escreveu os *Analíticos* em etapas ou de uma única vez. Deste modo, a discussão atual sobre a cronologia do Órganon se resume basicamente a investigar: I) a evolução cronológica da composição dos *Tópicos*; II) a evolução cronológica de redação dos *Analíticos*; e III) as relações cronológicas entre os *Tópicos* e os *Analíticos*.

Mas há um assunto que importa não ser esquecido. Dado os objetivos do presente trabalho, não cabe descermos aos pormenores e assim aprofundar as razões que levaram os historiadores a assumir determinada postura quanto à data. Por razões óbvias, aqui só nos é possível sumarizar, em grandes linhas, os resultados básicos de todas essas pesquisas. Os detalhes técnicos se encontram nas indicações bibliográficas que realizamos.

Aparentemente, os *Tópicos* são uma obra da fase inicial de Aristóteles ou, pelo menos, da fase inicial de sua produção lógica. Podemos afirmar que os *Tópicos* começaram a ser redigidos na fase final da primeira estada de Aristóteles em Atenas, quando ainda era aluno de Platão. Isto se depreende de dois indicadores básicos: (i) a caracterização do silogismo, e (ii) autocitações.

Levando-se em conta o primeiro critério, Maier afirma que os *Tópicos*, I-IX teriam tido outra redação caso Aristóteles conhecesse sua teoria do silogismo demonstrativo e, assim, conclui que este tratado é anterior aos *Analíticos*. Isto não significa, porém, que Maier pretenda afirmar que os *Tópicos* tenham sido redigidos

de uma só vez, de modo completo e acabado. Pelo contrário, ele distingue duas fases em seu processo de composição:

Tóp. II-VII.2 → *Tóp.* I,VII.3-5,VIII,IX

Levando em conta, porém o segundo tipo de indicador – isto é, as citações internas ou autocitações, observamos que os *Tópicos* poderiam ter sido redigidos, pelo menos em parte, concomitantemente com os *Analíticos*, já que eles citam esta obra mais de uma vez. Mas para explicar a existência de tais citações, a hipótese mais plausível talvez seja aquela que sugere que tais citações são meras interpolações posteriores.

Estabelecido este fato, resta discutir a questão das relações cronológicas entre os *Analíticos* e os *Tópicos*, I-IX. Com efeito, é algo bem estabelecido que as relações cronológicas entre essas duas obras constituem um dos mais complicados temas com que se defronta o historiador da lógica aristotélica, já que não é de todo evidente que estes sejam uma introdução ou um complemento dos primeiros. Com efeito, a dialética, objeto de estudos dos *Tópicos*, era um fato corrente e de fundamental importância para os gregos. Seu estudo era, portanto, algo de insubstituível. O advento da lógica formal com os *Analíticos* não significou para os filósofos gregos o abandono da primeira em favor da segunda.

Em memorável estudo sobre a composição dos *Tópicos*, Stocks observa que os livros I-VI não fazem referência a nenhuma obra escrita de Aristóteles enquanto que os *Tóp.* VIII (cf. 162a10;162b31) e *Tóp.* IX (cf. 168a28) remetem aos *Primeiros Analíticos*. Por outro lado, nos *Primeiros Analíticos* I (cf. 24b12), os *Tópicos* são citados como uma obra pronta e acabada, ao passo que nos *Primeiros Analíticos* II (cf. 64a37; 65b15) fazem remissões aos *Tóp.* VIII e às *Refutações Sofísticas*. Desse modo, Stocks propõe o seguinte quadro evolutivo para essas duas obras.

Tóp. I-V (ou VII) → *An. Pr.* I → *Tóp.* VII (ou VIII) → *Tóp.* IX → *An. Pr.* II

Ross entende que a cronologia tradicional sobre os *Analíticos* ainda é a mais segura e, isto, por mais de uma razão. Deste modo Ross entende que a cronologia do *Órganon* seria a seguinte:

Tópicos → *Primeiros Analíticos* → *Segundos Analíticos*

Mais tarde Ross virá a conceder que a silogística teria sido *anterior* à sua teoria da ciência.

Bochenski é mais detalhista que os historiadores anteriores em sua descrição da cronologia dos livros lógicos de Aristóteles. Para ele em grandes linhas teria sido a seguinte evolução:

Tópicos I-IX → *Analíticos*

Segundos Analíticos II → *Primeiros Analíticos*

E provavelmente conjectura ele

Segundos Analíticos II → *Segundos Analíticos I*.

Bochenski admite que:

An. Pr. I, 1,2, 4 –7, 23-46 → *An.Pr. I*,3,8-22.

Por outro lado ele admite que:

Interpretação → *Analíticos*

Contudo, sem explicar como no *Da Interpretação* surgiram as noções modais.

Entre nós, o professor Paulo Alcoforado entende que a obra lógica de Aristóteles se divide em dois momentos bem nítidos: *dialético* e *analítico*. Os estudos dialéticos foram por ele desenvolvidos na fase final de sua estada na Academia platônica. Assume a seguinte disposição:

Top. I, VIII → Tóp. II-VII, Top. IX

Quanto a sua fase analítica (associada a sua filosofia da ciência) só mais tarde tem lugar, na segunda fase ateniense. Em grandes linhas esta poderia ter sido a seguinte:

An. Post. II → An. Post. I → An. Pr.

Segundo Alcoforado o que se observa em sua cronologia seria a presença da dialética e de uma filosofia de inspiração platônica que acompanha o desenvolvimento dos *Tópicos*, I-IX. E quanto a fixação de sua fase final o que ele leva em conta é da presença do silogismo analítico (assertórico e modal), assim como de uma filosofia da ciência de acentuada formação formalista.

2.4. O conteúdo do *Da Interpretação*

O *Da Interpretação* é o livro que tem lugar após o tratado das *Categorias* e é seguido pelos *Analíticos*. Tem por objetivo, em grandes linhas, fixar e desenvolver as noções de nome, verbo, afirmação e negação e o que vem a ser uma proposição. Trata-se de uma obra extremamente concisa e didática. De início, ele nos dá sua célebre explicação sobre as relações de linguagem e pensamento nos seguintes termos: os sons orais (ou vocais) são os símbolos dos estados de alma, e as palavras escritas são símbolos das palavras orais. Deste modo, as palavras escritas são símbolos ou sinais das palavras faladas que, por sua vez, são os símbolos de afecções ou estados de alma. Mais adiante, Aristóteles afirma que as coisas em si são idênticas para todos os homens, e de igual modo o pensamento que as coisas nos inspiram são também igualmente idênticos para todos. Mas, no que diz respeito às palavras, tanto escritas como faladas, estas não são as mesmas para todos os homens. As relações do pensamento com a palavra são de natureza arbitrária. Os pensamentos são verdadeiros ou falsos segundo as combinações que se façam com eles. As palavras também quando isoladas não soa nem verdadeira nem falsa, quando combinadas podem ser verdadeiras ou falsas.

O nome só tem sentido por convenção. Ele não envolve nenhuma ideia de tempo e nenhuma de suas partes tem por ela mesma um significado. O nome associado um verbo basta para formar uma proposição completa.

O verbo é uma palavra que, além de um significado que lhe é próprio, expressa ainda a ideia de tempo. Nenhuma de suas partes tem também quando isolada um significado. O verbo é sempre o sinal de uma atribuição.

A proposição é uma combinação de palavras que tem um sentido por convenção, mas cujas partes também tem isoladamente um significado. A proposição enunciativa ou assertiva é a única que expressa uma verdade ou uma falsidade. As demais espécies de proposições são antes de interesse da retórica e da poética e não propriamente da lógica e do discurso científico. Entre as proposições assertórias a primeira pela ordem é a afirmação, e só a seguir vem a negação. Em sua forma de caracterizar, Aristóteles entende que uma proposição assertiva pode ser simples ou complexa. Simples, caso enuncie uma única coisa de uma única coisa e complexa, quando não for simples.

A afirmação atribui uma coisa a outra coisa, a negação separa uma coisa de outra. A toda afirmação corresponde uma negação oposta. Uma afirmação associada a sua negação oposta constitui uma contradição, desde que as palavras em ambas as proposições sejam tomadas no mesmo sentido. Aparentemente a afirmação tem como contrário a negação, mas podemos indagar se não seria possível que uma afirmação seja contrária a uma afirmação. Seja por exemplo a seguinte proposição ‘Todo homem é justo’ Qual seria contrária? Seria ‘Todo homem é injusto’ ou ‘Todo homem não é justo’? Para esclarecer esta questão cumpre determinar qual seria o pensamento que de fato contraria a proposição ‘Todo homem é justo’. O pensamento verdadeiramente contrário é aquele que dá origem ao erro, é a negação da coisa em si e não a negação do acidente desta coisa.

Tal como as coisas, as proposições podem ser universais ou particulares. Assim homem é algo universal, enquanto que Cálias é um indivíduo. Para a expressão da universalidade cumpre utilizar palavras que sejam o sinal de universalidade, como ‘Todo homem é branco’ e ‘Nenhum homem é branco’, para utilizar o exemplo de Aristóteles. Quando duas proposições são universais e uma afirma o que a outra nega, então elas são ditas contrárias - tal é o caso, digamos, de ‘Todo homem é branco’ e ‘Nenhum homem é branco’. Quando uma proposição é

universal e outra é uma particular e quando uma é afirmativa e outra negativa – como, ‘Todo homem é branco’ e ‘Algum homem não é branco’ – temos um par de proposições contraditórias. As contraditórias nunca podem ser conjuntamente verdadeiras e nem conjuntamente falsas.

Cumpra acrescentar que a regra da contradição só se aplica a proposições que versam sobre o presente ou o passado. Nessas duas situações, de fato, o que se afirma ou o que se nega são entre si incompatíveis. O mesmo, porém, não se dá em relação ao futuro. De maneira geral, caso se pretenda que toda afirmação ou negação (sobre o futuro) seja verdadeira ou falsa, seríamos levados a dizer que todas as coisas estão submetidas a uma fatalidade cega e inexorável, o que é um absurdo. De fato, entre duas proposições que se contradizem a respeito do futuro qual é a verdadeira e a falsa? Quatro respostas diferentes são possíveis. 1) Ambas as proposições seriam igualmente verdadeiras. 2) Uma das proposições seria verdadeira e a outra falsa. 3) Ambas as proposições seriam igualmente falsas. 4) De uma maneira indeterminada uma é verdadeira e a outra falsa sem que se possa dizer qual delas é a verdadeira e qual delas é a falsa. As três posições iniciais cabem ser descartadas, já que levariam a absurdos.²⁰

Aristóteles discute duas possíveis formas de oposição. Uma em que temos o sujeito seguido de imediato pelo verbo – ‘O homem é’/‘O homem não é’; ‘O não-homem é’/ ‘O não homem não é’. Observe-se que em grego o verbo *esti* pode ser traduzido, segundo o contexto, tanto por ‘ser’ como por ‘existir’. Portanto, ‘O homem é’ pode ser também vertido por ‘O homem existe’. Seja ainda ‘Um homem anda’ /‘Um homem não anda’; ‘Um não-homem anda’/‘Um não-homem não anda’.

Quando o verbo une sujeito ao atributo o terceiro termo, as oposições se duplicam ‘O homem é justo’/ ‘O homem não é justo’; ‘O homem é não-justo’/ ‘O homem não é não-justo’. Poríamos ainda elaborar proposições com o sujeito indeterminado, ‘não-homem’, em oposição ao nome determinado ‘Homem’, vindo assim a obter quatro novas proposições em que opõem entre si duas a duas: ‘O não-homem é justo’/ ‘O não-homem não é justo’; ‘O não-homem é não-justo’/ ‘O não-homem não é não-justo’. Aristóteles vai adiante e elabora oposições

²⁰ Se ambas fossem verdadeiras segue-se uma violação do princípio de contradição, mas se uma é verdadeira e a outra falsa, segue-se que se trata de matéria necessária.

envolvendo o sujeito tomado de maneira geral como ‘Todo homem é justo’ e ‘Algum homem é justo’ e suas respectivas negações.

O *De Interpretatione* ainda considera o caso em que as proposições podem ter também seus atributos não sob a forma absoluta, mas receber modificações como possibilidade etc. De fato, ele distingue com toda nitidez as proposições assertóricas (ou categóricas) das proposições modais. Isto é, aquelas que são simplesmente atributivas e que asserem que o predicado pertence a um sujeito – ‘O homem é mortal’ ou ‘Algum homem não é justo’ – das proposições modais. De maneira geral, a modalidade é uma determinação de natureza adjetiva ou adverbial que afeta, seja o sujeito, o verbo ou predicado. Por exemplo, ‘O *filosofo* Sócrates é grego’ em que o modo afeta o sujeito. Seja ainda, ‘Aristóteles é *talvez* um racionalista’ onde o modo afeta a cópula. Ou então, ‘Aristóteles é um lógico *extremamente inventivo*’ onde o modo afeta o predicado. Tal concepção de modalidade é, em certo sentido, logicamente falhando já que ela é de natureza puramente gramatical. Dela não decorreria nenhum sistema é, assim, qualquer teoria envolvendo noções viria a ser impossível de ser construída, além obviamente daquilo que acabamos de dizer.

Na verdade, Aristóteles vem a definir a modalidade das proposições como a modificação que afeta uma *relação* que se dá entre o sujeito e o predicado. Trata-se, portanto, de uma grande restrição por ele operada sobre esta noção.

Nesse sentido Aristóteles é levado a reconhecer apenas um conjunto de proposições que admitem uma determinação que afeta a relação entre os extremos da proposição assertórica. Assim que aprofundarmos o estudo do termo e da proposição. O que veremos mais adiante.

Capítulo 3

A Teoria Aristotélica do Termo

Com Aristóteles tem início a primeira tentativa de estabelecer e formalizar um conjunto de proposições com as quais serão constituídos os elementos da inferência silogística. Mas o processo de formalização da lógica tradicional, como se sabe, está estreitamente vinculado à linguagem corrente. Aristóteles não parte do conceito de termo para com ele definir o que entende por proposição. Os *Primeiros Analíticos* destinam um espaço bem modesto ao estudo do termo isoladamente²¹, e à proposição dedica uma atenção apenas um pouco maior. Sobre a noção de proposição em geral, apenas o que lemos no capítulo dessa obra.²²

A palavra ‘termo’, que encontramos em todos os tratados de lógica, é uma mera transformação do substantivo latino *terminus*, que por sua vez é a tradução para o latim da palavra grega *hóros*. Aristóteles utiliza a palavra *hóros*, que está na origem do vocábulo ‘termo’, em dois sentidos. No primeiro, *hóros* é utilizado no sentido de “definição” “limite” e “fronteira”. Em seu outro sentido, Aristóteles define mediante as seguintes palavras ‘aquilo a que se reduz a proposição, isto é, o predicado e aquilo de que este se predica com a adição de ser ou de não ser’. A palavra *hóros* nesta segunda acepção foi para o latim vertida pela forma *terminus*, que deu origem ao vocábulo ‘termo’ da língua portuguesa.

Para Aristóteles, ‘termo’ é qualquer sequência de uma ou mais palavras que possa exercer a função de sujeito ou predicado em uma proposição. Como se vê o conceito aristotélico de termo é inseparável do de proposição, sendo outrossim por demais indeterminado para possibilitar um estudo especial de alguma contrapartida mental. Por outro lado, para Aristóteles os nomes falados são meros sinais convencionais de afecções da alma que, por seu turno, são tidas como imagens das coisas (*Int.*, 16a4-5).

²¹ Na verdade, apenas três ou quatro linhas, cf. *An. Pr.*, 246-16-18.

²² Muitas das considerações desenvolvidas no presente capítulo baseiam-se no manuscrito ‘*A Lógica segundo Aristóteles*’ do Prof. Paulo Alcoforado, que o mesmo gentilmente pôs a minha disposição.

Aprofundando este tópico, Aristóteles afirma que ‘todas as coisas que existem’ se dividem em três espécies: i) coisas que não podem exercer a função de predicado, ainda que possam receber predicados (tal é o que se dá com os indivíduos como Cálías); ii) coisas que se predicam de outras, mas que não podem ser objeto de predicação (são predicados tão gerais que excluem a existência de predicados ainda mais gerais); e iii) coisas que se predicam de outras e que podem ser também predicadas (por exemplo, homem tanto pode ser predicado de Cálías quanto sujeito de animal).²³ Foi objeto de crítica o fato de Aristóteles ter afirmado que uma *coisa* é predicada de outra *coisa*, pois, só termos são predicáveis de termos. Na verdade, o que vemos aqui são distinções definicionais que espelham pontos de vista pessoais de seus autores e assim em nada são elucidativos.

É sabido que Aristóteles introduziu o emprego de letras (em seu caso do alfabeto grego), como A, B, C para representar qualquer coisa que possa ser sujeito ou predicado de uma proposição. Mas se estas letras devem ser tomadas como variáveis ou como meras abreviações, é uma questão que excede os limites do presente trabalho. Aristóteles usa as letras de forma sistemática em todos os seus silogismos. Para exemplificar o que acabamos de dizer basta atentar o para o seguinte silogismo: ‘Se A é predicado de todo B, e B é predicado de todo C, então A é predicado de todo C’ (*An. Pr.*, 25b37). Aqui, as letras A, B, C podem estar no lugar de termos como ‘homem’, ‘animal’ ‘mortal’, etc.

Os termos que podem substituir essas letras se dividem, segundo sua complexidade, em univoculares (ou simples) e plurivoculares (ou complexos). No primeiro caso, um predicado poderá ser um termo simples como um adjetivo (v. g., ‘Alguns animais são selvagens’) ou um substantivo (ex., ‘A prudência é uma disposição’). Mas, nem todo termo pode ser expresso mediante um único vocábulo e, assim, nos deparamos com termos que só podem ser expressos por múltiplas palavras, como ‘Sócrates é um homem sábio’ ou ‘O autor do Timeu é ateniense’. Aristóteles também emprega termos ainda mais complexos que poderíamos chamar de ‘termos frasais’, como ‘conhecimento do que é bom’ (49a16) ou ainda ‘conhecimento de que é algo’ (a32-3).

Cumpramos ainda destacar os nomes ditos ‘negativos’, ‘indefinidos’ ou ‘infinitos’, que decorrem do fato de a partícula ‘não’ incidir não só sobre o verbo

²³ Cf. Aristóteles, *An. Pr.*, 43a25-32.

(v.g., ‘ não é saudável’ ou ‘ não é doente’, 16b11), mas também sobre os extremos da proposição, isto é, sobre seu termo subjetivo (v.g., ‘ não-homem é’) ou seu termo predicativo (e.g; ‘é não-saudável). De modo geral, um termo infinito é aquele que é afetado pela partícula ‘ não’. Assim, ‘ não-homem’, ‘ não-filósofo’ são, por definição, termos infinitos. Todo termo que não for infinito é, por definição, finito. Exemplos de termos finitos são ‘ homem’, ‘ filósofo’.²⁴ Embora Aristóteles admita a importância dos termos infinitos em sua teoria silogística, contudo ele rejeita que tais termos possam ser eliminados pelo deslocamento do negador dos extremos para a cópula. Assim, não cabe, em seu entender, deslocar a partícula ‘ não’ do verbo em ‘ não é branco’, para o atributo, como em ‘ é não-branco’, pois, enquanto a primeira forma é afirmativa, a segunda é negativa. E deste modo, os silogismos utilizados para estabelecer a primeira não podem ser os mesmos silogismos utilizados para provar a segunda. Cf. *An. Pr.*, I, Cap. 46. O engano que tal identificação poderia acarretar pode ser ilustrado pela seguinte inferência: ‘*equus non est homo iustus; ergo equus est homo iustus.*’ Os termos infinitos, por sua estrutura interna, dão origem a outras formas de silogismo que não podem ser explicadas mediante a silogística categórica restrita, mas tão-somente por uma teoria mais ampla que envolve termos finitos e infinitos.

Por fim, há que ser dito que Aristóteles não desconhece a existência de termos vazios, pois chega a utilizá-los em diversos contextos. Tal é o caso, em seus exemplos, de ‘ não-ser’ e ‘ unicórnio’. Cf. *An. Pr.*, 49a23-4. Contudo há que se ter em conta que o principal item quando se estuda o termo é a questão da definição, pois é por seu intermédio que chegamos a distinguir um termo de outro.

3.1. A Definição

A palavra ‘ definição’ provém do latim *definitio* que quer dizer etimologicamente “delimitação” ou “determinação”. Dada a variedade de formas e modos que assumem a definição, torna-se difícil encontrar uma descrição concisa e satisfatória para esta noção. De um ponto de vista clássico, ela pode ser caracterizada como o procedimento que permite elucidar o que significa uma palavra ou o que veja ser uma coisa, mediante o estabelecimento de suas notas ou

²⁴ Aristóteles, *Int.*, 19b14-30; *An. Pr.*, 51b5-10.

propriedades. Assim, *triângulo* é elucidado mediante as notas ou propriedades *polígono de três lados*. De um ponto de vista lógico, definir nada mais é do que delimitar ou circunscrever a intenção de uma palavra ou de uma coisa.

É tradicional denominar aquilo que cabe ser definido de *definiendum* ou *definitum*, e a definição ou elucidação de *definiens*. No exemplo acima, o *definiendum* é triângulo, enquanto que o *definiens* é polígono de três lados. Também é frequente, em lugar da palavra *definiendum* utilizar-se a palavra definido, e em vez da palavra *definiens* utilizar-se a palavra definição.

A lógica tradicional conhece duas espécies ou formas de definição: *nominal* e *real*.

- (I) A definição *nominal* ou *verbal* consiste em estabelecer ou fixar o significado de uma palavra. Em outros termos, a definição nominal apenas elucida o significado de uma palavra pela qual um conceito é expresso. Não se deve confundir a noção de definição nominal da lógica tradicional com aquilo que em lógica simbólica se denomina de definição nominal ou definição sintática, pela qual um novo símbolo – que não consta da lista dos símbolos primitivos do sistema – é introduzido nesse sistema.²⁵
- (II) A definição *real* consiste em dizer o que uma coisa é. A definição real é a explicação da “natureza” ou “essência” (lat. *essentia*, gr. *ousia*) da coisa definida, vale dizer, a explicação da estrutura comum de todas aquelas coisas a que o termo se aplica.

A definição real se divide por sua vez em descritiva ou essencial. A *definição essencial* em sentido estrito consiste em i) indicar o gênero próximo e a diferença específica (v.g., Homem é animal racional) ou ii) enumerar as partes constitutivas essenciais (v.g., Homem é um ser constituído de um corpo e uma alma racional) da coisa definida. A definição essencial é tida como a mais perfeita, mas o fato de só raramente conhecermos com precisão as diferenças específicas (sobretudo dos seres materiais) a torna com frequência impraticável. A *definição descritiva* procede acrescentando ao gênero as notas necessárias para que o objeto fique claramente diferenciado de todos os demais - v.g., Homem é um bípede implume.

²⁵ Cf. A Church, definition apud D. Runes (ed.), *Dictionary of Philosophy*.

Cumprir não esquecer que a definição envolve um conjunto de relações entre o *definiendum* e o *definiens* que importam ser explicitadas. Tais relações nem sempre são de natureza formal, mas mesmo assim são arroladas pela maior parte dos lógicos tradicionais. As mais relevantes são as seguintes.

- (A) É essencial que o *definiens* seja equivalente ao *definiendum*. Portanto, um não pode ser do ponto de vista semântico mais extenso que o outro, vale dizer, o definido e a definição tem que ser conceitos coextensivos, de tal modo que um possa ser substituído pelo outro sem perda de significado.
- (B) Toda definição tem que ser reversível ou recíproca com o definido. Assim, se ‘triângulo é um polígono de três lados’ for a definição de triângulo, então ‘polígono de três lados é um triângulo’. Por tal regra fica assegurado que o definido pode ser visto como uma mera abreviação da definição. Como facilmente se percebe, tal regra decorre da regra anterior.
- (C) O *definiens* não pode conter o *definiendum*. Com efeito, já que uma definição clássica nada mais é que uma explicação de um conceito simples, esse mesmo conceito não pode ser utilizado com o objetivo de vir a elucidar ele mesmo. Pelo contrário, para elucidá-lo é necessário utilizar outros conceitos mais simples e fundamentais.

Embora as definições sejam necessárias para se fixar com clareza e exatidão os conceitos de uma ciência, importa dizer que não se pode tudo definir. Entre as noções indefiníveis, contam-se basicamente as seguintes:

- (a) Os conceitos simples que por carecerem de notas;
- (b) Os dados imediatos da experiência sensível;
- (c) Indivíduos materiais.

3.2. Categorias

Chegado a este momento, cumpre aprofundar ainda mais o estudo do termo, investigando o que vem a ser a noção de categoria. A palavra portuguesa ‘categoria’ é uma mera transliteração, através do latim *categoria*, da palavra grega

kategoría que foi, mais tarde, traduzido para o latim por *praedicamentum*, donde a forma ‘predicamento’, que ainda hoje se emprega como uma alternativa para ‘categoria’. No grego corrente, o verbo *kategorein* pode ser traduzido pelas palavras ‘mostrar’, ‘aprovar’, ‘declarar’ etc. Mas, o substantivo correspondente *kategoría* significa “acusação”. A teoria das categorias encontramos nos *Tópicos*, nos *Analíticos*, na *Metafísica* e na *Física*, mas em estágios e graus de desenvolvimento desiguais. Contudo, é nas *Categorias* que ele desenvolve e aprofunda esta questão. Por esta razão, ficaremos restritos ao estudo desta doutrina nesta última obra.

No que diz respeito a Aristóteles, observam-se basicamente duas atitudes, que assim podemos descrever. Uma, mais metafísica, cujas bases se assentam sobre as espécies ínfimas e indivíduos. De acordo com a segunda atitude, de orientação mais lógica, o que Aristóteles tem presente, ao estudar as categorias, é classificar os predicados, isto é, aquilo que pode ser atribuído a algo. Esta dupla maneira de Aristóteles abordar as categorias também se difundiu na escolástica medieval e de modo quase que universal no pensamento neoescolástico, mais recente.

Aristóteles expressa através de alguns vocábulos toda a complexa questão dos *seres e maneiras de ser* nos seguintes termos. ‘Cada uma das coisas ditas sem nenhuma combinação significa ou a substância ou a quantidade ou a qualidade ou a relação ou o lugar ou o tempo ou a posição ou o tendo ou a ação ou paixão’.²⁶ Na passagem acima, há duas expressões que cumprem ser esclarecidas. Em primeiro lugar, por ‘significa’ o que ele quer exprimir é que cada uma das expressões sem combinação denota uma coisa que cai em pelo menos uma das dez categorias. Por ‘expressão dita sem combinação’ ele quer dizer uma expressão isolada (podendo ser ou não univocabular), que não envolve constantes lógicas, como ‘não’, ‘todo’, ‘e’, etc. e, em princípio, capaz de ocupar um dos extremos (sujeito ou predicado) de uma proposição. Assim, palavras como ‘homem’ ou ‘árvore’ designam tipos de substâncias; vocábulos como ‘cor’ e ‘justiça’ designam tipos de qualidades; etc. Estes exemplos não visam a tornar inútil uma explicação mais detalhada, mas apenas a induzir no leitor suas próprias intuições.

²⁶ Cf. *Cat.*, 1b25-27. Cada um dos dez itens acima listados constitui uma das dez categorias aristotélica e exprime que algo de existente é uma *substância* (ser) ou um *acidente* (modo de ser).

Deste modo, em torno da doutrina aristotélica das categorias, há inúmeros problemas a respeito dos quais, porém, só nos manifestaremos a respeito de um ou outro tópico. As categorias aristotélicas versam, na verdade, sobre coisas ou entes extralinguísticos e não-mentais.

A primeira categoria aristotélica é a *substância*. Nos *Tópicos* e *Refutações Sofísticas* ele emprega o vocábulo seja *ousia* (103b20-39; 120b36-121a9). Desta forma, ‘entidade’ ou ‘sendo’ são traduções praticamente literais dessa palavra. Boécio o traduziu por *substantia*. E por tal razão, no contexto da teoria das categorias, o termo ‘substância’ é a solução convencionalmente adotada para traduzir este vocábulo. No âmbito da substância cumpre formular, segundo Aristóteles, uma dupla distinção. De um lado, a substância primeira, como ‘este homem’ ou ‘aquele cavalo’, vale dizer, qualquer coisa concreta individual que constitui o sujeito último de todos os predicados. ‘Se não existissem substâncias primeiras, nada poderia existir’ (*Cat.*,2b5-6). De outro, a substância segunda, ou as espécies e gêneros, que englobam as substâncias primeiras, vale dizer, a substância abstrata universal que se predica dos indivíduos, como, homens ou cavalos. Aristotelicamente falando, à exceção da substância primeira, as demais coisas ou são predicados de uma substância primeira ou estão presentes em uma substância primeira, e se não existissem substâncias primeiras, como dissemos acima, nada poderia existir.

Aristóteles designa a segunda categoria pela palavra *posón*. O termo latino *quantum* seria, literalmente, um equivalente deste vocábulo grego. Ele ilustra esta categoria pelas noções: dois-côvados-de-comprimento, três-côvados-de-comprimento.

A terceira categoria é rotulada de *poión* que tanto pode ser um adjetivo interrogativo quanto um adjetivo indefinido. Mas tampouco há aqui qualquer inconveniente em traduzir este termo seja pelo latim *qualitas* seja pelo português ‘qualidade’. Exemplos de qualidade: branco, gramático.

A quarta categoria é designada por *prós ti*, locução que foi traduzida para o latim por *ad aliquid* e de maneira mais ampla pode ser traduzida, no presente contexto, pela expressão ‘relativo a’ ou ‘relacionado a’ ou ‘em relação a’ que captam de forma mais ou menos próxima o significado básico e amplo da palavra ‘relação’, que decorre do latim *relatio*. Exemplos de relação: dobro, metade, maior.

A quinta categoria é designada por *poy* (ou *pou*) que foi traduzido para o latim por *ubi* e também de maneira mais ampla por *locus*. Pode-se dizer também que ‘lugar’ não é de todo desarrazoado como tradução deste termo. Exemplos da categoria de lugar: no Liceu, na ágora.

Aristóteles emprega *póte* como nome de sua sexta categoria. Em latim, esta palavra foi vertida por *quando* e de maneira mais livre por *tempus*. Pode-se dizer que neste contexto traduzi-lo por ‘tempo’ não é de todo desaconselhável. Exemplos da categoria de tempo seriam: ontem, ano passado, agora.

A sétima categoria recebe o nome de *keîsthai*; e em latim *situs* foi a forma utilizada para traduzir este termo. Em língua portuguesa, a solução clássica tem sido de traduzi-lo por ‘posição’, ‘postura’. Esta categoria capta toda ação imanente ou intransitiva expressa por um verbo intransitivo. Aqui, utilizamos o termo ‘posição’. Ele assim exemplifica esta categoria: deitado, sentado.

O vocábulo *echein* é utilizado por Aristóteles para designar sua oitava categoria. Em latim, para traduzi-lo emprega-se *habitus*, no sentido de “roupa” ou “indumentária” (quando se diz, por exemplo, que ‘o hábito não faz o monge’) e não no sentido de modo sistemático de proceder, que é uma qualidade. Em língua portuguesa, inúmeras soluções foram propostas para traduzi-la; aqui, utilizamos o termo ‘hábito’ pois expressa com maior facilidade algo que se encontra exterior ao sujeito. Exemplos desta categoria: calçado, armado.

A nona categoria é por ele designada pela palavra *poieîn* que foi traduzida para o latim por *actio* (ou *agere*). Em português é com frequência vertida por ‘ação’. Esta categoria objetiva apreender todas as ações que são expressas através de um verbo transitivo ativo, como em ‘Pedro cultivava seu jardim’ ou ‘Platão corrige seu aluno’. Ele exemplifica esta categoria pelas palavras: [ele] corta, [ele] queima.

A décima categoria aristotélica, *páschein*, em sentido literal, pode ser traduzido por ‘sofrer’ ou ‘sendo-afetado’, embora tradicionalmente seja vertido por ‘paixão’, como o fazemos aqui, certamente pelo fato de o latim o ter traduzido por *passio* (ou *patis*). Aqui se descreve pela voz passiva do verbo transitivo a ação que sofre um sujeito. Aristóteles assim exemplifica esta categoria: [ele é] cortado, [ele é] queimado.

Importa determinar quantas são as categorias admitidas por Aristóteles. Esta questão ganha importância a partir do fato de Aristóteles apresentar, em inúmeros

lugares, distintas listas de categorias. Mas, uma listagem que contenha as dez categorias acima enumeradas, embora utilizando termos distintos para designar a substância, só encontramos em *Cat.*, 1b25-7 e *Tóp.*, 103b22-3. Em outras obras, quando se refere às categorias o que ele faz na maior parte das vezes é mencionar a substância, a quantidade e qualidade (por vezes associada a uma ou duas mais) acrescentando ‘e as demais’. Deste modo, fica difícil determinar quais e quantas são as categorias no entender de Aristóteles. Refletindo a respeito desta dificuldade, os historiadores modernos do pensamento aristotélico assumem em face desta questão uma das seguintes alternativas. A primeira, consiste em afirmar que Aristóteles jamais teve em mente propor uma lista fixa e determinada de categorias. Há mesmo quem entenda que o número das categorias não pode ser fixado, pelo contrário, tem que ser indeterminado ou ser de tal natureza que nunca possamos saber se ele é ou não determinado. A segunda alternativa entende que dez são as categorias, embora nem sempre Aristóteles esteja interessado em enumerar exhaustivamente todas as dez. Com efeito, na passagem que acima mencionamos das *Categorias*, 1b25-7 ele lista dez categorias e, nos *Tópicos* é dito explicitamente que os tipos de categorias são dez em número (103b21-23). No entanto, segundo estes intérpretes, Aristóteles é levado, na maior parte das vezes, a listar apenas as mais relevantes – substância, qualidade e quantidade -, ou as que sejam as mais pertinentes à questão que no momento ele se propõe a discutir ou resolver.

Por fim, cumpre dizer algo a respeito da natureza ou função das categorias. As categorias seriam predicados supremos sob os quais devem cair tudo quanto existe. Em outras palavras, as categorias são propriedades ou modos de ser últimos e irreduzíveis que podem ser atribuídos às coisas. Deste modo, podemos dizer que Sócrates é um homem e assim que é um animal etc. e, em última instância, que é uma substância. Também é lícito dizer que verde é uma cor e, por fim, que é uma qualidade. Do mesmo modo, dois côvados é, em última análise, uma quantidade. Estas considerações se aplicam *mutatis mutandis* as demais categorias. E desta maneira, as categorias seriam os predicados últimos que se podem aplicar a algo. Em seu ponto de partida, seu raciocínio parece ter como apoio dois princípios. O primeiro, é o seguinte: se uma coisa pode ser atribuída a outra, tudo o que for atribuído à primeira poderá também ser atribuído à segunda (*Cat.*, 1b10-12). Este princípio pode ser chamado de ‘princípio da transitividade da predicação’, embora

seja classicamente conhecido por alguns como *dictum de omni*. O segundo princípio pode ser enunciado nos seguintes termos: os predicados de nível inferior estão subordinados aos predicados de nível superior. Este princípio pode ser denominado de ‘princípio da construção categorial’. Por ele o que quer que seja enquadrado em uma categoria recebe *ipso facto* todos os predicados superiores ou mais gerais inerentes a essa categoria. Com isto aparece a noção de coluna de predicação, isto é, uma coluna de predicados em que os predicados de ordem inferior estão subordinados aos predicados de ordem superior. Em qualquer categoria em que algo seja colocado, ele recebe todos os predicados superiores (ou mais gerais) que digam respeito a essa categoria. Assim, os indivíduos estão subordinados à espécie a que pertencem, e esta ao gênero correspondente; por outro lado, as diferenças superiores que todos os predicados encerram são aplicáveis ao sujeito a que este predicado é atribuído. Tomando estes dois princípios como ponto de partida, pôde Aristóteles elaborar sua doutrina das categorias.

3.3. Sofística

Cumpra agora elucidar os equívocos e sofismas que envolvem as expressões sem ligação, isto é, termos isolados. A experiência mostra que a aplicação correta das leis da razão a situações particulares requer algo mais que seu mero conhecimento. Os equívocos relativos ao raciocínio ilustram a extrema dificuldade que existe na aplicação das leis gerais da argumentação. Pois, Aristóteles não desconhece a existência de uma gama de argumentos falaciosos, em seu tempo conhecidos e sobretudo amplamente praticados, e que ele veio a classificar de ‘sofísticos’. Ele porém não se utiliza desta palavra para qualificar o mero equívoco eventual de raciocínio. Mas, por definição, um argumento sofisticado é uma deturpação consciente e premeditada dos procedimentos dialéticos²⁷, já que, como ele mesmo reconhece, dialética e sofística têm afinidades.²⁸

Tal confusão ocorre não só no âmbito dos argumentos, mas também em outros domínios, em virtude de uma certa semelhança entre o genuíno e o falso. Assim, fisicamente, algumas pessoas são vigorosas enquanto outras simplesmente assim parecem, por andar gordas ou ataviadas, como as que são

²⁷ Aristóteles, *Soph. El.*, 172a34-36.

²⁸ *Ibid.*, 183b1-2.

preparadas para serem vítimas nos sacrifícios tribais, e também as que são belas porque possuem realmente beleza, enquanto outras parecem sê-lo porque se cobrem de pinturas e adornos. O mesmo pode-se observar entre as coisas inanimadas, pois algumas delas são realmente prata e ouro, ao passo que outras não o são, embora pareçam sê-lo aos nossos olhos, como os objetos feitos de litargírio e estanho parece ser de prata, enquanto outros de metal amarelo simulam o ouro (*Soph. El.*, 164a24-164b25).

Uma tática de que se valem os sofistas consiste em aproveitar a inexperiência do adversário. Com efeito, aquele que não se encontra familiarizado com a técnica da argumentação dialética, nem com o que ela pressupõe ou implica, raramente está apto para distinguir um argumento autêntico, de um argumento sofisticado.²⁹

Aristóteles nos diz que cinco são os objetivos do sofista em uma argumentação erística ou contenciosa. São eles: (i) a refutação ('o que os sofistas preferem é, se possível, refutar cabalmente o adversário'); (ii) a falácia ('na falta disso, mostrar que seu adversário cometeu algum erro'); (iii) o paradoxo ('levar o adversário afirmar um paradoxo'); (iv) o solecismo ('isto é, fazer com que ele use, ao longo da argumentação, expressões contrárias à gramática') e, finalmente, (v) tartamudear (isto é, 'forçar seu contraditor a repetir várias vezes a mesma coisa'). Cf. *Soph. El.*, Cap. 3.

Os raciocínios dedutivos (*sylogismoí*), tal como os entende Aristóteles, podem ser classificados, segundo sua força demonstrativa, em duas grandes classes. A primeira, que encerra os argumentos que são verdadeiros e válidos e que se decompõem, por sua vez, em argumentos *demonstrativos* e *dialéticos*. A segunda, compreende aqueles argumentos que só em aparência são verdadeiros ou válidos: os *sofismas*. Consequentemente, em oposição à argumentação demonstrativa e à refutação efetiva que são eficazes e válidas, Aristóteles nos fala de uma outra forma de refutação e de argumentação que só em aparência são eficazes e válidas – isto é, os sofismas e a argumentação sofisticada. Sobre todas essas três formas de argumentação se manifesta Aristóteles, sempre com razoável desenvolvimento e notável acuidade. Assim, sobre a argumentação demonstrativa escreve os *Analíticos*, a argumentação dialética é estudada nos *Tópicos* e, finalmente, a

²⁹ Da mesma maneira, tanto o raciocínio como a refutação são por vezes genuínos e por vezes falsos, embora a inexperiência os faça parecer autênticos, pois os inexperientes só têm, por assim dizer, uma visão distante dessas coisas (Aristóteles, *Soph. El.*, 164b25ss).

respeito da argumentação falaciosa ele discorre não só nas *Refutações Sofísticas*, como também nos *Analíticos Primeiros*, II, 16-21 e na *Retórica*. Mas, importa ter presente que a sofística tem uma vinculação especialmente estreita com a dialética e consequentemente com matérias e assuntos que Aristóteles denomina de ‘endoxais’.

Nas palavras de Aristóteles, sofisma (*sóphisma*, lat. *fallacia*, *cavillatio*) é um ‘falso argumento’ ou uma ‘refutação aparente’ (isto é, ilusória, não-real ou inefetiva) ou ainda uma ‘refutação falaciosa’ ou então um ‘argumento falacioso’. Nas *Refutações Sofísticas* há uma passagem em que se discute a questão de se existe uma ciência especializada no estudo do sofisma. Respondendo a esta questão, Aristóteles é levado a rejeitar a existência de um saber ou domínio do conhecimento que trate de *todas* as refutações sofísticas. ‘Isto, porém, não é matéria de uma disciplina única, pois os saberes são em número infinito, de modo que as demonstrações, evidentemente, também são em número infinito’³⁰. De fato, a existência de tal gênero de conhecimento choca-se com sua concepção de uma pluralidade infinita de conhecimentos autônomos especializados.

Um argumento sofisticado decorre seja da forma ou estrutura do próprio argumento, seja do conteúdo ou matéria de suas premissas, ou de ambas as coisas. De fato, um silogismo sofisticado pode não ter, formalmente falando, uma estrutura rigorosamente dedutiva, ou então pode ocorrer que seu ponto de partida não seja de autênticas opiniões prováveis. Neste último caso, o aspecto sofisticado do argumento advém não de sua estrutura formal, mas do fato de suas premissas só em aparência, mas não em realidade, serem opiniões prováveis, admissíveis ou aceitáveis, pois, ao menor exame se evidencia que ninguém ousaria admiti-las ou sustentá-las. O silogismo sofisticado é uma contrafação ou uma má imitação ou uma deformação do silogismo dialético.

Mas o gênero de sofismas e raciocínios capciosos que aqui nos interessa não diz respeito propriamente aos temas que versam sobre o saber científico e demonstrativo, mas os que vicejam no domínio de retórica e da dialética. Neste contexto, argumentos gerais são usados acerca de um saber geral e não acerca de um saber específico, já que é traço distintivo da dialética - em oposição às diversas

³⁰ Aristóteles, *Soph. El.*, 170a21-23.

ciências particulares - não ter um domínio determinado e próprio de investigação e, assim, não opera sobre um conjunto fixo e específico de conceitos e princípios.³¹

Nas *Refutações Sofísticas* encontramos um minucioso estudo dos mais diversos tipos de argumentos sofisticos. De início, os sofismas são divididos em dois grandes grupos: os sofismas que dependem da linguagem usada e os sofismas que independem da linguagem usada. Eis como se subdividem essas duas formas de argumentos sofisticos.

[I] Os *sofismas que dependem da linguagem* usada são, segundo Aristóteles, os seguintes. : 1) Equivocidade; 2) Anfibologia; 3) Composição; 4) Divisão; 5) Acentuação; e 6) Forma. Mais adiante, nesta mesma obra, Aristóteles parte os sofismas dependentes da linguagem em duas subclasses. A primeira, compreende aqueles argumentos que ‘dependem de um duplo sentido’, vale dizer, a equivocidade, a anfibologia e a forma; a segunda, abrange os sofismas que ‘se devem ao fato de a expressão não ser a mesma ou a palavra ser diferente’ e, entre esses, contamos com a divisão, a acentuação e a composição (*Soph. El.*, 169a24-28).

1. *Equivocidade.* Este tipo de sofisma foi pela primeira vez posto em relevo por Aristóteles sob a rubrica de *parà tès homonymían* ou simplesmente *homonymía*; os latinos a traduziram por *aequivocatio* (= ‘tem o mesmo som’). Em português, costuma-se utilizar, além de ‘equivocidade’, as palavras ‘ambiguidade’ e ‘homonímia’ para designá-lo. Esta forma de sofisma é por Aristóteles classificada como dependente da linguagem, isto é, como um sofisma que decorre de algum problema inerente à própria linguagem em que foi formulado.

Esta forma de sofisma não é por Aristóteles descrito ou definido, mas apenas exemplificada. Basicamente, trata-se do sofisma que advém do duplo significado de uma palavra; é, portanto, o sofisma oriundo da equivocidade verbal ou da ambiguidade de uma palavra ou de um termo isolado, isto é, quando uma palavra é usada com mais de um sentido. A esse respeito ele aduz três exemplos – sendo que o primeiro, ao que parece, não faz sentido, para efeito de exemplificação, quando traduzido para a língua portuguesa (*Soph.El.*, 165b30ss). Os outros dois, no entanto, podem ser aqui reproduzidos com proveito. O primeiro seria o seguinte. A sentença a seguir é ambígua: ‘Os males são bons porque as coisas que devem ser são boas; e o

³¹ Aristóteles, *Soph. El.*, 170a34-39.

males devem ser’ (*Soph.El.*,165b34-35) De modo mais intuitivo este argumento pode ser reescrito nos seguintes termos:

O que deve ser é bom. O mal deve ser.

Logo, o mal é bom.

O aspecto sofisticado deste argumento, como Aristóteles assinala, encontra-se no fato de o verbo ‘dever’ ter aqui, pelo menos, dois significados: um, de necessidade física ou lógica, e outro, de necessidade moral. ‘O que *deve ser* tem um duplo sentido: significa o que é inevitável..., e dizemos também que as coisas boas devem ser’ (*Soph.El.*, 165b35-37). O segundo exemplo é, na realidade, não um, mas dois exemplos distintos que Aristóteles, redacionalmente, fundiu em um só, por serem basicamente equivalentes – e assim, aqui, os separaremos. 2a) ‘O mesmo homem está simultaneamente sentado e em pé; porque é o que se levantou que está em pé; mas foi o homem sentado que levantou’ (165b38ss). 2b) ‘O mesmo homem está, simultaneamente, doente e com saúde; porque é aquele que recobrou a saúde é que goza de boa saúde; ora, foi o homem doente que recobrou a saúde’ (165b38ss). No caso presente, o equívoco consiste em confundir o presente com o passado, isto é, o que foi com o que é (166a1-5). Mais adiante, nesta mesma obra, Aristóteles parte os sofismas dependentes da linguagem em duas subclasses. A primeira, compreende aqueles argumentos que ‘dependem de um duplo sentido’, vale dizer, a equívocidade, a anfibologia e a forma; a segunda, abrange os sofismas que ‘se devem ao fato de a expressão não ser a mesma ou a palavra ser diferente’ e, entre esses, contamos com a divisão, a acentuação e a composição (*Soph. El.*,169a24-28).

2. Anfibologia. Este tipo de sofisma foi pela primeira vez posto em relevo por Aristóteles sob a designação de *parà tèn amphibolían* ou simplesmente *amphibolía*; os latinos o traduziram por *amphibologia*. Em português, costuma-se traduzir por ‘anfibia’ ou ‘anfibia’. Esta forma de argumentação falaciosa tampouco é explicada ou definida por Aristóteles. Mas é por ele classificada como um sofisma dependente da linguagem, isto é, como um sofisma que decorre de algum problema inerente à própria linguagem em que foi formulado.

A anfibia é uma ambiguidade quanto ao significado de uma sentença que decorre não da ambiguidade das palavras que a constituem, mas de sua própria

construção sintática ou de alguma figura de linguagem. Uma sentença anfíbola, portanto, é a que apresenta um duplo significado, não por força do duplo sentido de algumas de suas palavras, mas por ela admitir uma dupla construção (*Poét.*,1461a25). Aristóteles ilustra esta forma de sofisma através de exemplos que, ao serem traduzidos, perdem sua força. Seja a sentença: ‘Desejar para mim a captura do inimigo’ – onde não se sabe quem capturará quem (*Soph. El.*,166a6); e também, ‘Não deve existir conhecimento do que se conhece’ – onde não se determina com clareza quem conhece: se o sujeito cognoscente ou se o objeto conhecido (*Soph. El.*,166a7); e ainda, Seja a seguinte sentença: ‘Não é verdade que aquilo que tu dizes ser, isto tu o dizes ser? Tu dizes uma pedra ser; logo, tu dizes ser uma pedra’ – em que a expressão ‘isto tu o dizes ser’ (*hoc tu dicis esse*) é equívoca e pode ser tomada em duplo sentido, tanto no nominativo quanto no acusativo (*Soph. El.*,166a10). De qualquer modo, não seria difícil encontrar equivalentes em língua portuguesa para este tipo de sofisma. Dos exemplos acima arrolados, percebe-se que a característica dessas duas formas de argumentação falaciosa – isto é, a homonímia e a anfibologia – está no fato de existirem palavras e proposições de sentido duplo, oriunda da imprecisão da linguagem corrente. Por outro lado, não é difícil conceber uma linguagem que tais equívocos semânticos não poderiam ter lugar e, por esta razão, essas duas figuras sofisticas desapareceriam.

3. Composição. Este tipo de sofisma foi pela primeira vez posto em relevo por Aristóteles sob a designação de *parà tèn síntesin* ou simplesmente *synthesis*; os latinos o traduziram por *compositio*. Em português, costuma-se traduzir por ‘composição’ ou ‘combinação’. Aristóteles o enquadra entre os sofismas dependentes da linguagem, isto é, como um sofisma que decorre de algum problema inerente à própria linguagem em que foi formulado. As *Refutações Sofísticas* não definem ou descrevem este modo falacioso de argumentar, mas parece certo que este sofisma decorre do fato de grupar palavras que deviam ser tomadas separadamente. No entanto, apresenta os seguintes exemplos, através dos quais se pode depreender o que ele objetiva exprimir mediante esta palavra. Discutiremos aqui apenas um de seus exemplos. Seja a sentença: ‘É possível que o homem ande que está sentado, e que o homem escreva, que não escrevendo’ (*Soph. El.*,166a23-4).

Em língua portuguesa, talvez fosse mais intuitivo, em lugar da construção acima, tomar a seguinte sentença: ‘Protágoras anda correndo; logo, ele pode simultaneamente correr e andar’. Este sofisma tem por base o fato de que, em linguagem corrente, o verbo ‘andar correndo’ significa andar depressa ou apressadamente. Em outras palavras, o que há de sofisticado em uma argumentação que envolve este tipo de sentença, está em que o sentido não é o mesmo, caso se divida as palavras, e caso sejam tomadas em composição dizendo que é possível andar enquanto se corre (*Soph. El.*, 166a24-5). Em outros termos, em que medida o fato de um homem andar o torna apto ou inapto para correr? Tudo depende de como se interpreta a expressão. Com efeito, é impossível andar-enquanto-se-corre, mas é possível ao homem andar apressadamente.

A mesma observação se aplica também a última sentença, caso se tome em composição a expressão ‘escrever-não-escrevendo’: o sentido é de que se pode, ao mesmo tempo, escrever e não escrever; se ao contrário, não se efetua a composição, o sentido é de que, quando não se escreve, tem-se a capacidade de escrever’, *Soph. El.*, 166a26-30. Também aqui nos deparamos com uma figura sofisticada que, em princípio nunca teria lugar em uma linguagem conceitograficamente precisa.

4. Divisão. Este tipo de sofisma foi pela primeira vez posto em relevo por Aristóteles sob a designação de *parà tèn diaíresin ou simplesmente diaíresis*; os latinos o traduziram por *divisio*. Em português, costuma-se traduzir por ‘divisão’. Esta falácia é por ele classificada como um sofisma dependente da linguagem, vale dizer, como um sofisma que decorre de algum problema inerente à própria linguagem em que foi formulado. Trata-se do sofisma oposto à composição, em que se toma separadamente palavras que, na realidade, devia ser tomado conjuntamente.

A fim de ilustrar esta forma de argumentação sofisticada, Aristóteles vale-se dos seguintes exemplos. Seja a sentença ‘Cinco sendo dois mais três é par e ímpar’ (*Soph. El.*, 166a34-5). No caso em questão, o sofista força esta expressão a ponto de ela ensejar o seguinte: cinco sendo dois e três – onde dois é par e três é ímpar – seria, simultaneamente, par e ímpar, o que é absurdo. O outro exemplo que ele aduz é o seguinte. Seja a sentença ‘O que é maior é igual, posto que é tanto e algo mais’. Aqui também o sofista força o pensamento expresso por esta sentença para ensejar o seguinte: o maior contendo o menor, enquanto este é parte daquele, se

equivalem – o que também é absurdo. Aqui, se insinua uma dificuldade que se assemelha, em seus grandes traços, ao que foi dito acima a respeito da composição. Com efeito, quando se diz que ‘5 é 2 e 3’, não se pode concluir que 5 seja 2 e 3, conjuntamente. Isto porque, no contexto acima, a partícula ‘e’ não significa conjunção, mas a operação de soma. Esta interpretação falaciosa é introduzida no processo de comunicação pelo uso equívoco de uma expressão – no exemplo acima, pela conjunção ‘e’ – e pode desaparecer desde que se introduzam distinções terminológicas adequadas. Também aqui está em questão uma forma de imperfeição inerente à linguagem corrente e que inevitavelmente desapareceria de uma linguagem conceitográfica. Aristóteles nos diz que os exemplos discutidos podem sugerir que estamos diante de uma variante da anfibologia.

Este sofisma encerra também um elemento da anfibologia nas perguntas, mas em realidade ele depende da combinação de palavras. Pois, o significado que depende da combinação de palavras. Pois, o significado que depende da divisão de palavras não é um autêntico duplo significado (já que a expressão quando dividido não é a mesma), a menos que a palavra que se pronuncia signifique duas coisas diferentes de acordo com seu espírito forte ou fraco, como *hóros* e *óros* num caso de duplo significado (*Soph. El.*, 177a40 ss).

Para ilustrar o que disse, Aristóteles exemplifica mediante duas palavras que diferem ligeiramente quanto à pronúncia – isto é, *hóros* e *óros* que se distinguem quanto ao espírito ser forte ou fraco – mas não quanto a escrita, podendo assim ocasionar um duplo sentido. Disto ele retira as seguintes conclusões

Em sua forma escrita, uma palavra é a mesma sempre que escrita com as mesmas letras e do mesmo modo – embora, costuma-se hoje pôr um sinal para indicar a pronúncia – mas as palavras, enquanto pronunciadas, não são as mesmas. Por conseguinte, uma expressão que depende da divisão não é uma expressão ambígua *Soph. El.*, 177b4-8.

Assim sendo, o que faz com que os exemplos acima não sejam um caso de anfibologia é o fato de que neles a equivocidade semântica só se dá na forma escrita e desaparece na linguagem falada. Mas, como ele próprio observa, mesmo na linguagem escrita essa equivocidade pode ser contornada desde que se introduza um sistema adequado de sinalização gráfica. Também aqui nos deparamos com uma figura sofisticada que, em princípio, nunca poderia ter lugar numa linguagem conceitográfica.

5. Acentuação. Este tipo de sofisma foi pela primeira vez posto em relevo por Aristóteles sob a designação de *parà ten prosodían* ou simplesmente *prosodia*; os latinos o traduziram por *accentus*. Em português, é tradicionalmente traduzido por ‘acentuação’. Trata-se de uma falácia dependente da linguagem que advém de um engano que incide sobre uma expressão escrita por força de um erro quanto à acentuação que recai sobre essa expressão, e que vem assim alterar seu significado. Como é sabido, o grego arcaico escrito não conhece acentos, que só foram introduzidos no terceiro século antes de Cristo. Em sentido restrito, trata-se de uma falácia que só pode ter lugar na linguagem escrita sendo, portanto, um fenômeno não da língua falada em que a palavra é articulada segundo o significado que se tem em mente, mas da linguagem escrita que, por suas limitações, não dispõe de meios para indicar a correta oposição de significados. Em sentido amplo, porém, este sofisma também pode ter lugar na linguagem falada por força da má articulação das expressões. Aristóteles reconhece a existência desse sofisma tanto na linguagem escrita, quanto na falada, embora entenda que neste último contexto sua ocorrência seja menos frequente.

Um argumento relativo à acentuação não é fácil de se encontrar nas discussões não escritas; pelo contrário, é bem mais fácil de se antever nas discussões escritas e na poesia (*Soph. El.*, 166b1-3). Para ilustrar o que acima foi dito, Aristóteles se serve de dois exemplos que, literalmente falando, só fazem sentido em grego. O primeiro se resume ao seguinte texto retirado da *Ilíada* (XXIII, 328), a respeito do qual ele tece as seguintes observações. Por exemplo, há quem corrija Homero, levando em conta os críticos que consideram estranha a expressão *tó mèn ou katapythetai ómbro* [= ‘uma parte do qual apodrece na chuva’, e] e resolvem a dificuldade mediante uma mudança do acento pronunciado o *ou* com um tom mais agudo (*Soph. El.*, 166b4-5). Fazendo o *ou* oxítono a expressão homérica muda o significado para ‘e não apodrece na chuva’. O segundo exemplo ele também o toma da *Ilíada* (II, 1-35 ou mais precisamente XXI, 297). Da mesma forma, na passagem onde se relata o sonho de Agamenon, asseguram eles que Zeus em pessoa não disse: “Nós lhe concedemos (*dídomen*) que se cumpra sua prece”, mas ordenou ao sonho que o concedesse’ [*didómen* = *didónai* em que o infinitivo é usado como imperativo].³²

³² Cf. Aristóteles, *Soph. El.*, 166b6-9.

Não seria difícil imaginar em português, ou em qualquer outra língua natural, um período, simples ou composto, em que o significado se transforma, consoante à acentuação que receba uma de suas palavras. Assim, na locução ‘colher é algo importante’, segundo se abra ou não a pronúncia do ‘e’ em ‘colher’ teremos coisas totalmente distintas. É fácil perceber que a acentuação é outra limitação que não seria difícil de eliminar de uma linguagem conceitual precisa.

6. Forma. (*Soph. El.*,166b6-9). Este tipo de sofisma foi pela primeira vez posto em relevo por Aristóteles sob a rubrica de *parà tò schêma tès léxeos* ou simplesmente *schêma léxeos*; os latinos o traduziram por *figura dictionis*. Em português costuma-se traduzir por ‘forma’. Trata-se de um sofisma dependente da linguagem, isto é, um sofisma que decorre de algum problema inerente à própria forma da expressão utilizada. Este tipo de argumentação sofisticada é um tanto obscuramente descrito, mas parece tratar-se do sofisma que decorre da dedução equivocada devido à forma gramatical. Aristóteles o descreve nos seguintes termos.

Outros equívocos se devem à forma da expressão usada, quando o que não é a mesma coisa é expresso mediante a mesma forma (*Soph.El.*,166b10-2)

Aparentemente, o que a passagem acima afirma é que este sofisma advém do fato de se usar uma expressão de dupla referência. Para exemplificar o que foi dito, escreve o seguinte:

Como, por exemplo, um nome masculino dando-lhe uma terminação feminina, ou vice-versa, ou um nome neutro com uma terminação masculina ou feminina; ou, ainda quando uma qualidade é expressa por uma terminação própria da quantidade ou vice-versa, ou o que é ativo por uma palavra passiva, ou um estado por uma palavra ativa, e assim por diante, de acordo com as outras divisões³³ anteriormente estabelecidas (*Soph.El.*,166b11-4).

[II] Os *sofismas que independem da linguagem* usada são: 1) Acidente; 2) Qualificação; 3) Conceito de refutação; 4) Petição de princípio; 5) Consequente; 6) Falsa causa; e 7) Pluralidade de perguntas. Como dissemos, em nenhuma passagem das *Refutações Sofísticas* fica claro o que Aristóteles entende pela expressão

³³ As divisões aludidas na passagem acima se encontram nos *Tópicos*, I, 9.

‘independente da linguagem’. Estas formas de sofisma são por Aristóteles classificadas como independente da linguagem, isto é, como sofismas cujo aspecto falacioso reside não na linguagem utilizada, mas na violação de certos padrões ou princípios (lógicos ou não) que normalmente se aplicam a determinado segmento ou aspecto da realidade.

1. *Acidente*. Este sofisma foi posto em relevo pela primeira vez por Aristóteles sob a designação de *parà tò symbebekòs*; os latinos traduziram por *accidentis*. Em português, costuma-se traduzir por ‘acidente’. Este tipo de sofisma nem sempre foi corretamente compreendido. Isto se deve não só à construção linguística pouco clara de que se serve Aristóteles, como também ao fato de utilizar a palavra *symbebekòs*, ‘acidente’, de tal maneira que esta acaba por perceber não uma, mas duas interpretações. Esta noção é por ele introduzida através das seguintes palavras. ‘Os paralogismos que se vinculam ao acidente têm lugar quando se afirma que um atributo qualquer pertence da mesma maneira à coisa em questão e aos seus acidentes’ (*Soph. El.*, 166b29-30).

A seguir ele nos dá a seguinte explicação para este tipo de sofisma: dado que uma mesma coisa tem muitos acidentes não há necessidade de que todos os mesmos atributos tenham que pertencer a todos os predicados da coisa bem como a seu sujeito (166b30-3). Mais adiante, de forma ainda mais explícita Aristóteles diz o seguinte:

Para enfrentar argumentos que dizem respeito ao acidente, uma mesma e única solução é universalmente aplicável. Pois, como há incertezas sobre se um atributo deve ser aplicado a uma coisa quando ele pertence ao acidente da mesma, e como em alguns casos se admite geralmente e se afirma que ele pertence ao sujeito, enquanto em outros casos se nega que lhe pertença necessariamente... (*Soph. El.*, 179a26ss).

Como o texto acima enseja, podemos nos arriscar a dizer que o sofisma do acidente consiste em afirmar, indevidamente, de um sujeitos os atributos de seus atributos. A título de ilustração, Aristóteles nos oferece os dois seguintes exemplos, o primeiro dos quais é o que se segue: Corisco difere de homem [por exemplo, ele é bravo]; logo, difere de si mesmo, posto que é um homem (*Soph. El.*, 166b33-4). Além deste exemplo, Aristóteles propõe ainda o seguinte: Corisco difere de Aristóteles; ora, Sócrates é um homem; logo, Corisco difere de homem. Aparentemente, o que se passa com o sofisma do acidente é confundir o puro

universal homem com homem quando realizado nesse ou naquele indivíduo possuidor de atributos acidentais.

Aristóteles arrola nas *Refutações Sofísticas*, Cap. 24 alguns exemplos de sofismas do acidente que são tão somente sugeridos mediante um traço ou aspecto típico, o que enseja tratar-se de argumentos que deveriam ser bem conhecidos em sua época. Logo a seguir ele explica porque os sofismas acima são do acidente. ‘Pois é evidente, e todos esses casos, que não se segue necessariamente que o atributo verdadeiro, ao predicar-se do acidente, seja também verdadeiro do sujeito’ (*Soph. El.*, 179a36ss).

2. Qualificação. Este sofisma foi pela primeira vez posto em relevo por Aristóteles sob a rubrica *paràto haplôs è pè légesthai*; os latinos o traduziram por *a dictio simpliciter ad dictum secundum quid*. Em português, é traduzido por ‘afirmar simplesmente aquilo que se afirma relativamente’ ou ‘qualificação’. Esta forma de sofisma é por Aristóteles classificada como independente da linguagem, isto é, como um sofisma cujo aspecto falacioso reside não na linguagem utilizada, mas na violação de certos padrões ou princípios (lógicos ou não) que normalmente se aplicam a determinado segmento ou aspecto da realidade. Sob este rótulo, estritamente falando, estão compreendidos não uma, mas duas figuras sofisticas e, deste modo, impõe-se, para sua correta caracterização, que sejam devidamente desdobradas.

O primeiro consiste em se afirmar relativamente (*secundum quid*) aquilo que se afirma simplesmente (*simpliciter*) o que em latim é classicamente conhecido sob a designação *a dicto simpliciter ad dictum secundum quid*. De forma resumida ele consiste em empregar na conclusão, com restrições ou qualificações, um termo que na premissa ocorre em sentido absoluto. A título de ilustração, sejam os três seguintes exemplos que tomamos de Pedro da Fonseca. ‘As armas devem ser restituídas ao dono, logo devem ser restituídos ao dono furioso’, ‘É permitido ao cristão comer carne, logo é lhe permitido comer carne na quaresma’ ou ‘As mercadorias não devem ser lançadas ao mar, logo não devem ser lançadas quando se teme o naufrágio’³⁴.

³⁴ P. Fonseca, *Institutionum dialecticarum libri octo*, VIII.11.

A segunda forma em que se desdobra o sofisma da qualificação consiste em afirmar-se simplesmente (*simpliciter*) aquilo que se afirma relativamente (*secundum quid*), o que em latim é expresso pela locução *a dicto secundum quid ad dictum simpliciter*. Esta forma de argumentação sofisticada se resume basicamente em empregar na conclusão, em sentido absoluto, um termo que na premissa ocorre sob determinadas restrições ou qualificações. Para exemplificar, é suficiente inverter-se, como nos diz Fonseca, os exemplos acima. ‘As armas não devem ser restituídas ao dono furioso, logo não devem ser restituídas ao dono’, ‘Não é permitido ao cristão comer carne na quaresma, logo não é permitido ao cristão comer carne’ e ‘A mercadoria deve lançar-se ao mar quando se teme o naufrágio, logo a mercadoria deve ser lançada ao mar’.³⁵ Aristóteles dá, a título de exemplo ou de explicação, o seguinte argumento se aquilo que não é é um objeto de opinião, então aquilo-que-não-é é; pois não é a mesma coisa ‘ser algo’ e ‘ser’ simplesmente (*Soph. El.*, 167a2ss).

De fato, dado o grau de generalidade que assume o desenvolvimento acima, não fica claro se o que Aristóteles pretende é definir ou ilustrar esta figura sofisticada.

3. Conceito de refutação. Este sofisma foi pela primeira vez posto em relevo por Aristóteles sob a designação de *parà tén tou élénchou ágnoian*; os latinos o traduziram por *ignoratio elenchi*, ‘ignorância da refutação’. Em português, foi traduzido por ‘refutando o tópico errado’ ou ‘conceito de refutação’, mas com frequência é utilizado nome latino *ignoratio elenchi*. Esta forma de sofisma é por Aristóteles classificada como independente da linguagem, isto é, como um sofisma cujo aspecto falacioso reside não na linguagem utilizada, mas na violação de certos padrões ou princípios (lógicos ou não) que normalmente se aplicam a determinado ou aspecto da realidade. Trata-se do sofisma que decorre do fato de não se haver estabelecido de forma adequada tudo o que implica ou pressupõe uma inferência ou refutação, ou então de se haver omitido algo de relevante para sua execução. Portanto, para que esta forma de sofisma seja adequadamente compreendida é indispensável que se saiba o que é uma *refutação* ou, de forma mais geral, uma *prova*, em uma argumentação em forma de diálogo. Aristóteles assim o descreve:

Outras falácias decorrem do fato de não se haverem definido o que é inferência dedutiva (*syllogismos*) ou o que é refutação (*elénchos*), ou de se

³⁵ Idem, VIII, 11.

ter omitido alguma coisa em suas definições. Porque refutar é contradizer um só e o mesmo atributo – não apenas o nome, mas a realidade, e não apenas um sinônimo, mas o próprio nome -, e isto baseando-se nas proposições concedidas, por uma inferência necessária, sem levar em conta o ponto inicial a ser provado, segundo o mesmo aspecto, relação, modalidade e tempo em que foi proferido[...] Algumas pessoas, contudo, omitem uma das condições que acabamos de apontar e fazem uma refutação que só o que é em aparência [...] (*Soph. El.*,167a20ss).

Aristóteles quando exemplifica esta forma sofisticada de argumentar incide essencialmente sobre as restrições relativas ao ‘aspecto, relação, modalidade e tempo’ em que o argumento foi proferido. Deste modo, a fim de ilustrar suas considerações de ordem abstrata, Aristóteles descreve como procede o sofista servindo-se de uma noção, o dobro de, em seus diversos aspectos. Diz ele que os sofistas procedem demonstrando, por exemplo, que a mesma coisa é e não é ao mesmo tempo um dobro, porquanto dois é o dobro de um, mas não é o dobro de três. Ou, então, pode ser que demonstrem que ela não é e não é ao mesmo tempo o dobro da mesma coisa, porém, não sob o mesmo aspecto, sendo o dobro no comprimento, porém não na largura. Ou, ainda, demonstram que ela é e não é o dobro de alguma coisa, sob o mesmo aspecto e na mesma modalidade, porém, não ao mesmo tempo: por isto sua refutação é apenas aparente’ (*Soph. El.*,167a29ss).

4. Petição de Princípio. Este sofisma foi pela primeira vez posto em relevo por Aristóteles sob a designação de *parà tò enarchê lambánein*; os latinos o traduziam por *petitio principii*, e em português é chamado por ‘petição de princípio’. Esta forma de sofisma é por Aristóteles classificada como independente da linguagem, isto é, como um sofisma cujo aspecto falacioso reside não na linguagem utilizada, mas na violação de certos padrões ou princípios (lógicos ou não) que normalmente se aplicam a determinado segmento ou aspecto na realidade. Esta forma sofisticada de argumentar se observa quando se toma uma proposição como prova dela mesmo, ou quando para se provar a verdade de uma tese ‘p’, a própria conclusão ‘p’ é utilizada como premissa. Os que se valem desta forma falaciosa de argumentar, diz Aristóteles,

Nos *Tópicos* são enumerados cinco modos pelos quais, em uma argumentação em forma de diálogo, a conclusão pode ser tomada de modos mais ou menos velada, como a própria premissa, a partir da qual ela deve ser deduzida (*Tóp.*, VIII, 13). A conclusão é postulada: i) não com o emprego dos mesmos

termos, mas através de expressões distintas, embora semanticamente equivalentes; ii) ao postular uma premissa geral em que a conclusão a que se quer chegar; iii) quando se postula por etapas, caso a caso, a conclusão a que se quer chegar; iv) ao se dividir a própria conclusão e postular separadamente cada uma de suas partes; v) ao se postular uma proposição que implica a conclusão e que, por sua vez, é por ela implicada, vale dizer, ao se postular uma proposição equivalente à conclusão.

5. *Consequente.* Este sofisma foi pela primeira vez posto em relevo por Aristóteles sob a designação *deparà tò hepómenon*; os latinos a traduziram por *consequentis* ou *non sequitur*. Em português, foi traduzido por ‘consequente’ ou ‘afirmação do consequente’. Esta forma de sofisma é por Aristóteles classificada como independente da linguagem, isto é, como um sofisma cujo aspecto falacioso reside não na linguagem utilizada, mas na violação de certos padrões ou princípios (lógicos ou não) que normalmente se aplicam a determinado segmento ou aspecto da realidade. Trata-se de uma forma de argumentação falaciosa que decorre de converter uma proposição que não cabe ser convertida. Eis como ele a descreve

[...] se deve ao fato de suporem algumas pessoas que a relação de consequência seja conversível, pois, sempre que quando A existe, B necessariamente também existe, imaginam que, existindo B, A também deve necessariamente existir (*Soph. El.*,167b1-5).

Em outros termos, o que Aristóteles parece enunciar na passagem acima é o sofisma que hoje denominamos de ‘afirmação do consequente’, vale dizer,

$$\frac{A \rightarrow B, B}{A}$$

Em outro lugar, Aristóteles nos diz que esta forma de argumentação é uma variedade de outro tipo de sofisma que se tornou conhecido sob o nome de ‘sofisma acidente’ (*Soph. El.*,168b27;169b6). Este tipo de refutação, diz-nos Aristóteles, encontramos em opiniões que se baseiam na percepção dos sentidos, em raciocínios autênticos e na retórica. No que diz respeito ao primeiro item – isto é, os argumentos que se baseiam na percepção sensorial – ele nos dá os dois seguintes exemplos. O primeiro é o seguinte: ‘não falta quem suponha que a bilis seja mel

porque ambos têm uma cor amarela’ (*Soph. El.*, 167b6). De forma mais desenvolvida, podemos dizer que este sofisma assume a seguinte configuração:

$$\frac{\text{Se } x \text{ é bílis, } x \text{ tem cor amarela} \quad x \text{ tem cor amarela}}{x \text{ é bílis}}$$

Outro exemplo é o seguinte: ‘como depois da chuva o chão fica molhado, imaginamos que, se o chão está molhado, é que esteve chovendo, se bem que isso não seja uma consequência necessária’ (167b7). De modo mais intuitivo, isto assume a seguinte feição:

$$\frac{\text{Se chove, o chão está molhado} \quad \text{O chão está molhado}}{\text{Chove}}$$

Quanto aos raciocínios autênticos, Aristóteles nos oferece o seguinte argumento, por ele expresso nos seguintes termos: ‘como do fato de que um homem que tem febre sente calor não se infere que o homem que sente calor tenha febre’ (*Soph. El.*, 167b19-20). De modo mais formal, temos:

$$\frac{\text{Se } x \text{ tem febre, } x \text{ sente calor} \quad x \text{ sente calor}}{x \text{ tem febre}}$$

que também é uma instância do sofisma da afirmação do conseqüente. Todos esses exemplos têm em comum o fato de enumerarem, como certos, determinados nexos entre eventos que podem ocorrer ou não.

6. Falsa Causa. Este sofisma foi pela primeira vez posto em relevo por Aristóteles sob a designação de *parà tò mè aítion os aítion*, que literalmente pode ser traduzida por ‘sobre a não-causa como causa’ (*Soph. El.*, 167b21); os latinos a traduziram por *non causa pro causa*. Em português, foi traduzida por ‘não-causa como causa’ e, de maneira um tanto livre, também poderia ser descrita como ‘falsa causa’. Esta forma de sofisma é por Aristóteles classificada como independente da linguagem.

Trata-se de uma forma de sofisma em que a conclusão, provavelmente falsa, é usada para refutar uma proposição que não é uma premissa da qual ela se segue.

Importa ter presente que o termo ‘causa’ não é aqui utilizado em sua acepção usual (isto é, de algo que promove a existência ou modificação de algo), mas em sentido lógico, por assim dizer, como se depreende da passagem em que ele se refere a este sofisma como uma ‘inserção de uma questão irrelevante’. Mais tarde, entendendo que só na argumentação demonstrativa existe uma relação causal bem determinada entre premissa e conclusão – o que não ocorre com a mesma clareza na argumentação dialética, ou não ocorre de todo na argumentação sofisticada -, Aristóteles acaba por suprimir este termo, quando associado a esta forma falaciosa de argumentar. Neste sentido, nos *Analíticos* este sofisma é designado pela locução proposicional *to mē parà toûto*, ‘o não porquê disto’ ficando assim omitida a palavra ‘causa’ (*An. Pr.*, 65a33ss). No presente contexto, o uso da palavra ‘causa’ por parte de Aristóteles foi, pelo menos em parte, responsável por certos equívocos que se formaram na lógica posterior.

Capítulo 4

A Teoria Aristotélica da Proposição

Na atualidade, distingue-se com frequência ‘proposição’ de ‘sentença’ mediante a convenção de que a proposição é aquilo que a sentença significa ou expressa. Em *It is cold, Il fait froid* e ‘Faz frio’ temos três sentenças distintas que expressam a mesma proposição. Por outro lado, em ‘Faz frio’ e ‘Hoje é sábado’ temos duas sentenças distintas que expressam duas proposições distintas. Nesta acepção, como se vê, a proposição é o pensamento ou o conteúdo informativo ou significativo da sentença, isto é, uma proposição é um objeto abstrato não linguístico expresso por uma sentença da qual constitui o significado. Importa ainda distinguir ‘juízo’ de ‘proposição’. Hoje, a palavra ‘juízo’, tornou-se praticamente obsoleta no contexto da lógica simbólica. Em lógica tradicional, entretanto, um juízo é um conteúdo intelectual expresso por uma sentença. E nesse sentido há quem sustente que a distinção entre juízo (como um ato da alma) e sentença (como expressão de um juízo) remonta a Platão.³⁶ Por esta definição, ‘juízo’ e ‘proposição’ são entre si praticamente interpermutáveis, já que ambas as palavras querem dizer o conteúdo intensivo manifesto por sentenças. Mas, há quem assinale uma profunda diferença entre esses ‘entes manifestos por sentença’, na medida em que, no entender de alguns, eles seriam o produto de um ato mental (viz. Whately) e, assim, com fortes ressonâncias mentalistas e subjetivistas, o que não se dá com aqueles que admitem sua existência intemporal e objetiva (Frege e os platonistas). E devemos ainda dizer que existe uma terceira facção que sustenta que tais entes nem são objetivos nem meramente subjetivos, mas de natureza intersubjetiva e intelectual (Aristóteles). Em lógica tradicional, a palavra ‘proposição’ oscila entre as duas seguintes acepções. Em primeiro lugar, uma proposição é uma sentença assertórica associada a seu significado. Mas também se constata, embora com menor frequência, a palavra

³⁶ Cf. Platão, *Timeu*, 37B e W. Lutoslawski, *Origin and Growth of Plato's Logic*, p. 480.

‘proposição’ sendo usada – como na atualidade – para designar aquilo que é expresso por uma sentença.³⁷

Historicamente falando, foi Platão que introduziu o conceito de proposição. Ele nos diz explicitamente que nem uma lista de verbos (v. g., ‘anda’, ‘corre’, ‘dorme’) e nem uma lista de nomes (e. g., ‘leão’, ‘cervo’, ‘cavalo’) constituem uma proposição (*logos*).³⁸ Em seu entender uma proposição só pode ser uma lista de palavras capaz de ser verdadeira ou falsa (*Sofista*, 263B). Tampouco Aristóteles admite que palavras isoladas – como ‘homem’, por exemplo, – ainda que tenham um significado constituam uma proposição (*Int.*16b30). E nem toda lista de palavras, nem todo discurso, é ‘uma proposição, mas apenas o discurso em que reside o verdadeiro ou o falso’ (17a1ss). Foi a teoria aristotélica do termo e da proposição que marcou o desenvolvimento de toda a lógica posterior, sobretudo na Idade Média.

A terminologia aristotélica no que concerne a proposição e suas partes passa pelo menos por duas etapas. De fato, importa observar, como já o fizeram os antigos comentadores gregos, que Aristóteles não só define ‘proposição’ no *Da Interpretação*, 17a2-3 diferentemente do que o faz em *Analíticos*, 24a16-7, como também se vale de expressões distintas para designá-la.³⁹ Filópono, *In An. Pr.*, 12.23ss). Com efeito, no primeiro tratado ele define a ‘proposição assertiva’ por sua capacidade de ser verdadeira ou falsa, enquanto que no segundo ele define ‘proposição’ como uma expressão que afirma ou nega algo de algo. Um segundo tópico a respeito do qual esses tratados diferem é o que concerne à decomposição da proposição em seus elementos. No *Da Interpretação*, as partes em que ela se divide são o nome e o verbo, duas noções que remontam pelo menos a Platão. Já nos *Analíticos* os elementos básicos são os dois termos, que mais tarde serão sistematicamente denominados de ‘sujeito’ e ‘predicado’, vinculados por ‘é’ ou ‘não é’ (*An., Pr.*24b16-18).

As proposições assertóricas são por Aristóteles utilizadas tanto no âmbito da lógica analítica quanto no âmbito da dialética e da sofística. No primeiro caso, elas têm um caráter demonstrativo enquanto que no segundo, elas são de natureza

³⁷ As considerações acima e outras que constam do presente capítulo, devo-as, em parte, ao Professor Paulo Alcoforado que gentilmente me fez chegar às mãos seu livro *pela Filologia e pela Lógica*, ainda inédito.

³⁸ Cf. Platão, *Sofista*, 262B-C.

³⁹ Cf. Alexandre, *In An. Pr.*, 10.13ss.

endoxal. Em quaisquer destes contextos, porém, Aristóteles entende que elas são expressões significativas capazes de ser verdadeiras ou falsas. Aristóteles classifica as proposições seja do ponto de vista da qualidade, seja da quantidade – utilizando a terminologia da lógica posterior. Quanto à qualidade, elas se dividem em afirmativas e negativas. ‘Uma afirmação é a asserção de algo acerca de algo’, enquanto que ‘uma negação é a asserção de que algo está separado de algo’ (*Int.*, 17a25). Aristóteles reconhece que ‘a toda a afirmação corresponde uma negação oposta, e a toda a negação corresponde uma afirmação’ (*Int.*, 17a30). Ele também nos diz que a afirmação é primeira, anterior e primordial em relação à negação (17a8-9). O par de proposições constituído de uma afirmação e uma negação envolvendo o mesmo sujeito e o mesmo predicado é por Aristóteles denominado de ‘par contraditório’ ou ‘contradição’ (17a33-7). Quanto à quantidade, de modo geral, as proposições se dividem basicamente em singulares e gerais. Aristóteles nos diz que ‘denomina de “universal” aquilo cuja natureza é de ser predicada de muitos sujeitos’ e ‘de “indivíduo” aquilo que não o pode ser’ (17a38-9). Uma proposição singular (v.g., ‘Sócrates é branco’, 17b28) é aquela cujo sujeito é um termo rigorosamente singular. Uma proposição quantificada ou geral se divide em universal (e. g., ‘Todo homem é branco’, 17b28) e particular (e. g., ‘Algum homem é branco’, 17b19).

Aristóteles discorre sobre a proposição em duas de suas obras. De início, no Capítulo 10 de seu tratado *Da Interpretação*, obra, ao que se supõe, cronologicamente mais recuada e que representaria a fase inicial de seu pensamento lógico. E, posteriormente, nos *Primeiros Analíticos*, livro que constitui o apogeu de suas investigações lógicas. Contudo, sua terminologia é oscilante e a abordagem de sua análise não é exatamente a mesma. Por outro lado, em ambos os tratados, a proposição é sempre apresentada mediante um procedimento que classificariamos de empírico, vale dizer, esta noção é introduzida não através de um conjunto de definições (que hoje chamamos de ‘regras de formação’ ou ‘recursivas’), que exibem sua forma geral e seu processo de geração, mas mediante exemplos paulatinamente apresentados e discutidos ao longo do desenvolvimento de sua exposição.

No *Da Interpretação*, a proposição é caracterizada como uma expressão significativa por convenção capaz de ser verdadeira ou falsa. (cf. *Int.*, Cap.4). Os

elementos constitutivos da proposição são, segundo o que lemos nesse tratado, o nome (*ónoma*, ‘locução dotada de significado convencional, sem referência ao tempo’, 16a19) e o verbo (*rhema*, ‘em que acrescenta a seu significado o de tempo’, 16b6). Dito com outras palavras, em toda proposição aristotélica cumpre distinguir os *extremos* – vale dizer, sujeito e predicado – do conectivo⁴⁰, verbo (*addimentum*) que é o aditamento que une os extremos permitindo que uma asserção seja verdadeira ou falsa. Na proposição modal o *dictum* é a *res subjecta*, enquanto que o modo é o *addimentum*⁴¹.

‘Nada há que possa provocar uma alteração na proposição ou na opinião. Evidentemente, Aristóteles tem aqui em mente de um ponto de vista estrutural a opinião e a proposição simples ou atômica: elas não podem, portanto, ser receptáculo dos contrários, posto que nenhuma alteração pode ocorrer nelas.’⁴²

Aristóteles começa, metodicamente, estudando os elementos do discurso antes de abordar o discurso como tal: ‘é necessário, pois, estabelecer a natureza do nome e a do verbo; em seguida a da negação e da afirmação, da proposição e do discurso’. Após esta distinção, importa não confundir *discurso* com *proposição*, pois o primeiro é muito mais extenso que o segundo. Também a proposição não deve ser identificada com a simples nunciação, que compreende o nome e o verbo, uma vez que não se pode dizer que com apenas estes elementos isolados ‘se possa exprimir alguma coisa com a qual seja possível formar uma proposição.’⁴³

Os nomes e verbos são, diz Aristóteles, símbolos de estados da alma que são por sua vez imagens das coisas; mas, enquanto as coisas e os estados da alma são idênticos para todos os homens, as palavras escritas, que são símbolos das palavras faladas, variam segundo os tempos e lugares (*Int.*, 16a1ss).

A proposição é una, forma uma unidade seja ela afirmativa, ou negativa, bastando para isso a sinonímia e a unidade do predicado.⁴⁴ Mas para tanto é indispensável que um nome só se aplique a uma única coisa, pois se um único nome

⁴⁰ É, pois, um erro atribuir a Aristóteles (Cohen e Nagel, *Introduction, to logic*, p. 30) que este tenha analisado a proposição em três elementos: sujeito, conectivo e predicado. O que fez foi dar exemplos que envolvem esses três componentes. Esta doutrina – se bem que alguns textos possam sugerir-la – não é aristotélica, só na época de Abelardo (séc. XII) ela efetivamente apareceu.

⁴¹ Aristóteles, *Int.*, 21b27-32.

⁴² Id. *Cat.*, 4b 10-12.

⁴³ Id. *Int.* 17 a 17-18.

⁴⁴ Aristóteles, *Int.*, 17 a 23-24

for aplicado a duas coisas que não formam na realidade uma unidade, a afirmação não é uma e a negação também não o é’.

4.1. Análise da Proposição Categórica

Aristóteles divide a proposição, quanto à sua forma ou estrutura, em *proposição simples* e *proposição composta*.

A proposição simples é aquela que se caracteriza pela existência de um único e de um único predicado, ou, sob outro aspecto aquela que só apresenta um único conectivo (v.g., ‘Sócrates é ateniense’) ou verbo (v.g., ‘Sócrates anda’). Assim a define Aristóteles ‘A proposição simples é um som oral significativo relativo à presença ou ausência de algo em relação a algo, segundo o tempo’⁴⁵. Em outros termos, ‘afirmar alguma coisa de alguma coisa’, eis o que vem a ser a proposição simples. Em outra parte, apresenta o Filósofo esta conceituação de proposição simples, como ‘o discurso declarativo que exprime seja uma⁴⁶ coisa uma, seja uma unidade resultante da ligação de partes.’⁴⁷

Proposição composta é aquela em que sempre há mais de um sujeito e sempre mais de um predicado, contendo ou apresentando várias proposições categóricas como elementos integrantes. Portanto, apresenta necessariamente um conectivo outro que não o verbo. Aristóteles entende que são compostas as proposições que exprimem uma multiplicidade e não um objeto único, ou nas quais as partes não têm ligação. ‘Afirmar ou negar um único predicado de vários sujeitos, ou vários predicados de um único sujeito, sem que o que seja expressado pela pluralidade de palavras seja em realidade uma coisa una, não é nem afirmação una, nem uma negação uma.’⁴⁸ Em outras palavras, ‘as proposições formadas de proposições simples: é o caso, por exemplo, dos discursos compostos.’⁴⁹ Para mostrar sobre o que se apoia, Aristóteles dá o seguinte exemplo: ‘o homem é sem dúvida *animal*, *bípede* e *civilizado*, mas ele é também algo uno, formado por estas determinações. No entanto, de *branco*, *homem* e *passear* não se faz uma coisa

⁴⁵ Id. *Int.*, 17a23-24.

⁴⁶ ‘Não chamo de *una* as coisas que, mesmo sendo designadas por um único nome, não possuem, no entanto, uma unidade real em sua composição. *Int.*, 20b15-17, Tr. Tricot.

⁴⁷ Aristóteles, *Int.*, 17a15-16, tr. Tricot. Tradicionalmente, chama-se a proposição aristotélica simples *de tertio adjacente* de proposição ‘categórica’.

⁴⁸ Id. *Int.*, 20b13-15.

⁴⁹ Aristóteles, *Int.*, 17a21-22.

una;⁵⁰ conseqüentemente, se desses três termos se afirma um único predicado, não haverá realmente unidade de afirmação, mas unidade puramente verbal, as afirmações sendo, com efeito, múltiplas; da mesma forma, se de um único sujeito se afirma estes três termos, não haverá tampouco unidade de afirmação, mas as afirmações serão paralelamente múltiplas.⁵¹

Dando a questão outro aspecto – o de questionar e inquirir – pode-se afirmar que nem toda a resposta a uma interrogação é una, como nem toda a resposta a uma interrogação é múltipla.

A interrogação dialética que se propõe inventariar os atributos, forçosamente múltiplos, de um ser não é de natureza una. ‘Se a interrogação dialética é o pedido de uma resposta seja à proposição mesma, seja a um dos dois membros da contradição [...] a resposta que lhes será dada não será uma proposição una: é que à interrogação falta também unidade, mesmo que a resposta seja verdadeira.’⁵² No entanto, a interpretação que versa sobre a natureza ou essência da coisa permite uma resposta una. Assim, se manifesta o Filósofo: ‘é claro que uma interrogação versando sobre a natureza mesma de uma coisa não é uma interrogação dialética, porque a interrogação deve deixar a liberdade de enunciar indiferentemente um ou outro membro da contradição’,⁵³ enquanto que a interrogação essencial não permite nenhuma opção – como, por exemplo, ‘o que é a verdade?’

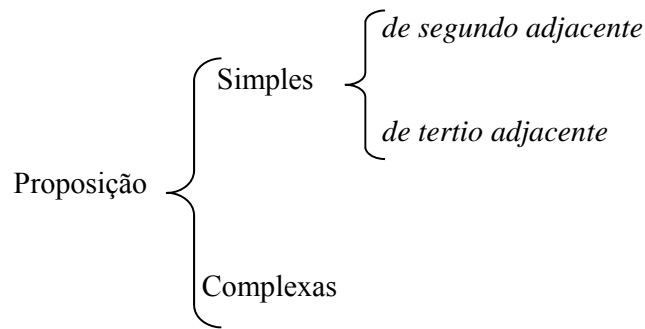
Aristóteles classifica as proposições sob diversos pontos de vista. Segundo a extensão em que o sujeito é tomado, ele as distingue em universais, particulares e singulares (*Int.*, 17a38-b12). Além disto, ele também divide as proposições em simples e complexas. Contudo, sabemos que as proposições manipuladas em seu tratado são as proposições formalmente *simples* que se subdividem, como vieram a ser classificadas, pela lógica posterior, sob a rubrica *de secundo adjacente* e *de tertio adjacente*, segundo as disposições assumidas pelo nome, verbo e atributo, sejam estes finitos ou infinitos, quantificados (universalmente ou particularmente) ou não. Isto pode ser facilmente exibido através do seguinte gráfico:

⁵⁰ Quer com isto Aristóteles dizer que *homem branco passeando* não formam uma coisa una.

⁵¹ *Id. Int.*, 20b16-32.

⁵² *Id. Int.*, 20 b 23-25. A pergunta *Sócrates é um homem branco ambulante?* Mesmo que responda com um simples *sim*, na realidade estou respondendo: *Sócrates é homem, Sócrates é branco, Sócrates é ambulante.*

⁵³ *Id. Int.*, 20 b 26-29



Estes dois tipos esgotam todas as formas simples (ou atômicas) de proposição discutidas por Aristóteles no *De Interpretatione*, já que ele não opera com proposições singulares. A lógica posterior, porém, mesmo se intitulando aristotélica, não conseguirá manipular todas essas proposições e formas proposicionais. Como é fácil constatar, a maior parte desses lógicos ficarão restritos ao mero manuseio das proposições singulares e gerais, abandonando todas as demais formas.

O primeiro tipo de proposição – isto é, *de secundo adjacente* - desdobra-se por sua vez em i) proposições existenciais e ii) proposições *ex verbo adjectivo*, tal como hoje são conhecidas. A característica comum destas duas espécies de proposições consiste no fato de serem constituídas de um nome seguido de um verbo - o que, provavelmente, levou Aristóteles a considerá-las como as formas mais simples de proposição, ou em sua terminologia ‘proposições primeiras’. Uma afirmação primeira e uma negação primeira são, portanto, proposições constituídas de um nome finito seguido do verbo ‘ser’ – como, ‘um homem é’ e ‘um homem não é’ (*Int.*, 19b14-6). Disto obtemos as proposições ‘não-homem é’ e ‘não-homem não é’; as proposições gerais ‘Todo homem é’, ‘Todo homem não é’, ‘Todo não-homem é’ e ‘Todo não-homem não é’. E a partir daí formas mais e mais complexas são obtidas.

As proposições *de secundo adjacente* existenciais são constituídas de um sujeito geral (não quantificado ou quantificado universalmente) seguido do verbo ‘é’ (= ‘existe’) ou do verbo ‘não é’ (= ‘não existe’) – aqui, portanto, o verbo ‘ser’ tem valor existencial. As formas ‘é’ ou ‘não é’ constituem o segundo elemento aditado ao sujeito, o que explica a designação *de secundo adjacente*. Com efeito, os exemplos aduzidos por Aristóteles em *Da Interpretação*, Cap. 10 permitem, de

modo inequívoco, estabelecer que as proposições existenciais apresentam a seguinte forma sintática e sua devida oposição.

um homem é
um homem não é

ou ainda, proposições de nome infinito seguido do verbo ‘é’ ou ‘não é’, como

um não-homem é
um não-homem não é

ou então, proposições de nome finito quantificado universalmente e seguido do verbo ‘é’ ou ‘não é’, como

todo homem é
todo homem não é

ou, finalmente, proposições de nome infinito quantificado universalmente e seguido do verbo ‘é’ ou ‘não é’, como

todo não-homem é
todo não-homem não é

Paralelamente às proposições existenciais, ainda há, como dissemos acima, as proposições *ex verbo adjectivo*, ou melhor dizendo, as proposições *de secundo adjectante ex verbo adjectivo* que também são constituídas de um sujeito geral (não quantificado ou quantificado universalmente) seguido de um verbo, só que este verbo não é uma flexão do verbo ‘ser’. As proposições *de secundo adjectante ex verbo adjectivo* também apresentam a seguinte forma sintática

Secundo Adjectante → S + V

cuja expansão dos não-terminais ‘S’ e ‘V’ é S → ‘um homem’, ‘um não-homem’, ‘todo homem’ e ‘todo não-homem’; V → ‘anda’ e ‘não anda’.

Tal é o caso das proposições indefinidas (isto é, não quantificadas) de sujeito finito, como

um homem anda
um homem não anda

ou ainda das proposições indefinidas de sujeito infinito, como

um não-homem anda
um não-homem não anda

ou então das proposições de sujeito finito quantificado universalmente, como

todo homem anda
todo homem não anda

ou por fim das proposições de sujeito infinito quantificados universalmente, como

todo não-homem anda
todo não-homem não anda.

Como se vê, aqui não se utilizam os quantificadores ‘algum’ (ou ‘nem todo’) e ‘nenhum’. E tampouco são mencionadas as proposições singulares que Aristóteles expõe, sobretudo no Capítulo 7 do *Da Interpretação*.

Aristóteles considera ainda, um segundo tipo de proposição que foi posteriormente denominado *de tertio adjacente* por envolver dois extremos (isto é, sujeito e atributo) e um verbo copulativo, normalmente, o verbo ‘ser’ na terceira pessoa do presente do indicativo. Donde a designação *de tertio adiacente*, dado ao fato de neste gênero de proposição o ‘é’ é atribuído em acréscimo, como um terceiro [termo]’, 19b19-20). Em outras palavras, o ‘é’ e o ‘não é’ é o *tertium adjacens praedicatur*. Mas, esse terceiro termo fica vinculado ao predicado e não ao sujeito. Com efeito, a cópula não tem existência distinta e não pode ser separada do atributo sem perder seu significado.⁵⁴ No entanto, nem todos concordam com esta interpretação e diante da proposição – o exemplo dado pelo Estagirita⁵⁵ - discordam da tradução tradicional – ‘*O homem é justo*’, tr. Tricot – e propõem outra solução - ‘*Existe um homem justo*’, tr. Waitz – que, segundo estes, se harmonizaria

⁵⁴ Aristóteles, *Organon*, Paris, Vrin, 1959, vol. I, p. 105, nota 1.

⁵⁵ Id. *Int.*, 19b20.

com a afirmação do filósofo: Digo, por exemplo, que o verbo, forma o terceiro elemento da afirmação⁵⁶ e assim, parece, pois que o ‘é’ posto neste lugar por Aristóteles, ocorre não como o conectivo, mas como uma terceira e verdadeira parte da enunciação’.

Nas proposições de *tertio adjacente* ‘o número das proposições opostas é dobrado’,⁵⁷ vale dizer, quatro proposições. Isto porque às formas afirmativas e negativas justapõem-se dois tipos de predicados: finitos e infinitos. ‘Quero dizer, afirma Aristóteles, que o verbo *é* é acrescentado seja ao termo *justo*, seja ao termo não-justo, e será também assim para as proposições negativas.⁵⁸ Tais proposições podem ser, por sua vez, classificadas, quanto à extensão do sujeito, em indefinidas, singulares e gerais. As proposições *de tertio adjacente* apresentam a seguinte forma sintática

Tertio Adjacente → S+V+A

cuja expansão dos não-terminais ‘S’, ‘V’ e ‘A’ pode ser S → ‘um homem’, ‘um não-homem’, ‘algum homem’, ‘algum não-homem’, ‘todo homem’ e ‘todo não-homem’. V → ‘é’ e ‘não é’. A → ‘filósofo’, ‘não-filósofo’, ‘branco’ e ‘não-branco’. Tal é o caso das proposições

um homem é justo
um homem não é justo

ou então

um homem é não-justo
um homem não é não-justo

ou ainda

um não-homem é justo
um não-homem não é justo

ou finalmente

⁵⁶ Id. *Int.*, 19b20

⁵⁷ Id. *Int.*, 19b19.

⁵⁸ Id. *Int.*, 19b24-25.

um não-homem é não-justo
um não-homem não é não-justo.

Como se vê, nesta situação o número de formas proposicionais é dobrado, já que o acréscimo de ‘não’ ao verbo e ao termo predicativo vem a constituir não a mesma coisa. Uma classe mais complexa são as que apresentam sujeitos da forma ‘todo não-homem’ ou ‘algum não-homem’ e atributos da forma ‘não-filósofo’ etc. Tal como

todo não-homem é não-filósofo
algum não-filósofo não é homem

e outras formas congêneres. Mas, dentre todos os tipos de proposições *de tertio adjacente*, a lógica tradicional deu especial ênfase às proposições categóricas gerais que apresentam a seguinte disposição:

Todo homem é justo
Algum homem não é justo
Nenhum homem é justo
Algum homem é justo.

As proposições acima, como se vê, são constituídas por um quantificador (‘todo’, ‘algum’, ‘nenhum’) seguido de um termo finito geral (v.g., ‘homem’) seguido de um verbo (‘é’ ou ‘não é’) seguido de outro termo finito geral (v.g., ‘justo’). Aqui se impõem duas importantes observações. Em primeiro lugar, os sujeitos de tais proposições não se reduzem à palavra ‘homem’, mas a ‘todo homem’. De fato, o termo ‘homem’ isoladamente é o que chamamos de ‘termo subjetivo’ desta proposição, e não se identifica com seu sujeito. Assim, segundo nossas convenções terminológicas, o sujeito de uma proposição é constituído do quantificador seguido do termo subjetivo – isto é, Sujeito \rightarrow Q+T. Em segundo lugar, na proposição ‘Nenhum homem não é planta’ o predicado é ‘não é planta’. Por nossas convenções, a palavra ‘planta’, parte do predicado, é o termo predicativo. Portanto, o predicado de uma proposição é sempre um conectivo (‘é’ ou ‘não é’) seguido do termo predicativo. Assim, Predicado \rightarrow C + T. É frequente, embora não seja universal, chamar o termo predicativo de ‘atributo’. Segundo nossa

terminologia, o vocábulo ‘atributo’ não é equivalente à palavra ‘predicado’; mas a ‘termo predicativo’, já que o atributo é aqui apenas uma parte do predicado.

Não se pode negar o interesse intrínseco do estudo de todas essas formas de proposição. Mas, de um ponto de vista lógico-formal, há que se reconhecer que seu estudo apresenta um interesse secundário, na medida em que tais proposições não se encontram integradas em nenhuma teoria formal da inferência. Por outro lado, não é admissível que Aristóteles não tivesse nenhum objetivo especial ao desenvolver essas noções. Deste modo, é provável que a doutrina da proposição exposta no *Da Interpretação* visasse essencialmente aos debates por perguntas e respostas, isto é, aos termos dialéticos. Seu estudo faria parte da formação daqueles que se preparam para as grandes lições dialéticas. Isto não é o que se dá, porém, com a teoria da proposição que se encontra nos *Analíticos*, já que esta constitui a base de sua silogística assertórica, e com o acréscimo de alguns jutores modais com ela é dado construir igualmente sua lógica modal.

4.2. Análise da Proposição Modal

Aristóteles em sua teoria lógica divide as proposições em categóricas e modais. A modalidade em Aristóteles teria por fundamento, ao que alguns afirmam, sua teoria ontológica. “É o que se passa com todos os seres que não existem sempre ou que não são sempre existentes”.

4.2.1. Tipos de proposições modais

Em várias “listas” apresentadas de proposições modais podemos destacar o seguinte: *possível e não-possível; contingente e não-contingente; impossível e necessário*.⁵⁹ Outra lista é apresentada em *Int.*, 22a10-14, onde se lê as seguintes formas de modalidade: *possível*,⁶⁰ *contingente*, *impossível* e *necessário*.⁶¹

Além do aspecto estritamente lógico, Aristóteles dá à modalidade um sentido também ontológico. Inicialmente, ele afirma que ‘sem dúvida, pode-se dizer

⁵⁹ Aristóteles, *Int.*, 21a35-36. Esta distinção é pouco clara uma vez que possível e não-possível em nada se distinguem de contingente e não-contingente. Cf. O. Hamelin, *Op. Cit.*, p. 193i

⁶⁰ Cf. Aristóteles, *Poética*, 1451b16-18.

⁶¹ Uma tese enfatizada por Aristóteles é a de que o necessário é possível, cf. *Int.*, 22b11-12; 22b29-23a1-18.

que o necessário e o não necessário são, para todas as coisas, o princípio de seu ser e de seu não ser, e que tudo o mais pode ser considerado como derivativo.⁶² Logo a seguir propõe as seguintes escalas ôntico-modais:

- 1) Ato puro, substância sem potência, isto é, ‘certos seres têm o ato sem potência, por exemplo, as substâncias primeiras’.⁶³ Tal é o *necessário*.
- 2) Seres compostos de potência e de ato, isto é, ‘outros têm o ato com a potência’.⁶⁴ Tal é o *possível* e o *contingente*.
- 3) Potência pura, a matéria prima, isto é, ‘os que nunca estão em ato, mas são puras potências’.⁶⁵ Tal é o *impossível*.

Segundo Aristóteles assim como os verbos ‘é’ e ‘não é’ são um aditamento que compõe ou divide a proposição gerando verdade e a falsidade, assim também os modalizadores são os aditamentos aptos não mais para determinar a verdade ou a falsidade, mas para determinar a necessidade, possibilidade, impossibilidade e contingência do *dito*. Assim como nas proposições *de inesse*, ‘os verbos *é* e *não é* eram aditados às proposições [...] igualmente aqui, *que isto seja* e *que isto não seja* desempenham o papel de sujeito do discurso, e as expressões *é possível* e *é contingente* são aditadas e determinam (da mesma maneira que acima os verbos *é* e *não é* no que concerne o verdadeiro e o falso) a possibilidade ou a não possibilidade de uma coisa.⁶⁶

4.2.2. Teoria da negação modal

O problema com que o lógico defronta é o de determinar onde cabe incidir a partícula negativa na proposição modal: se sobre o *verbo* do *dito* ou sobre o *modo*. Todo o desenvolvimento que Aristóteles dará consiste exatamente em mostrar que é

⁶² Aristóteles, *Int.*, 23a19.

⁶³ Id. *Int.*, 23a22-23.

⁶⁴ Id. *Int.*, 23a24-25.

⁶⁵ Id. *Int.*, 23a25.

⁶⁶ Id. *Int.*, 21b28- 32.

sobre o *modo* que deve se efetuar a negação das proposições modais, pois se assim não fosse ‘*é possível que isto seja*’ deveria ter por negação ‘*é possível que isto não seja*’. Mas bem parece que a mesma coisa possa indiferentemente ser ou não ser: tudo aquilo que pode ser cortado ou passear pode também não ser cortado ou não passear, e a razão está em que tudo aquilo que está em potência não está sempre em ato, de sorte que a negação lhe pertencerá também, pois o que é capaz de passear pode também não passear, e o que é capaz de ver pode também não ver. Apesar disto, é possível que proposições opostas [contraditoriamente] sejam verdadeiras do mesmo sujeito: *é possível que isto seja* não tem, conseqüentemente, como negação *é possível que isto não seja*. Do que acabamos de dizer decorre, com efeito, que ou não se pode ao mesmo tempo afirmar e negar o mesmo predicado do mesmo sujeito, ou que não é o acréscimo de verbos *é* ou *não é* que contribui para formar as proposições afirmativas ou negativas. Ora, se é verdade que a primeira conseqüência é inadmissível, é, portanto, a segunda que é necessária escolher.⁶⁷

4.2.3. A consecução das proposições modais

Aristóteles apresenta no *De Interpretatione* três quadros de consecução das proposições modais. Cada uma dessas soluções é constituída de dezesseis proposições distribuídas em quatro blocos. As proposições se organizam em função da afirmação e negação de seu modo e de seu dito.

A. Primeiro quadro de consecução:⁶⁸

I Ordem

1. É possível que isto seja
2. É contingente que isto seja
3. Não é impossível que isto seja
4. Não é necessário que isto seja

III Ordem

1. É possível que isto não seja

⁶⁷ Aristóteles, *Int.*, 21b10-23.

⁶⁸ Em cada ordem as proposições 1. e 2. são recíprocáveis entre si. Cf. *Id. Int.*, 22a15.

2. É contingente que isto não seja
3. Não é necessário que isto seja
4. Não é impossível que isto não seja

II Ordem

1. Não é possível que isto seja
2. Não é contingente que isto seja
3. É necessário que isto não seja
4. É impossível que isto seja.

IV Ordem

1. É possível que isto não seja
2. Não é contingente que isto não seja
3. É necessário que isto seja
4. É impossível que isto não seja

B. Segundo quadro de Consecução:⁶⁹

Esta solução, como facilmente se vê, depende estreitamente da anterior. Mas, pode-se notar que nesta solução foi alterada a disposição da ordem, em relação ao primeiro quadro: a primeira ordem está ao lado da terceira e a segunda está ao lado da quarta. As proposições se opõem, horizontalmente, de forma contraditória, exceção feita as proposições I.4 e III.4⁷⁰ – o que torna esta solução inexata.

I Ordem

1. É possível que isto seja
2. É contingente que isto seja
3. Não é impossível que isto seja
4. Não é necessário que isto seja

⁶⁹ Aristóteles, *Int.*, 22a23-30.

⁷⁰ Segundo J. Pacius, os quadros 1 e 2 não representam o pensamento de Aristóteles, mas apenas expõem posições de outros pensadores. Cf. *In Porphyrii Isagogen*, 99.

III Ordem

1. Não é possível que isto seja
2. Não é contingente que isto seja
3. É impossível que isto seja
4. É necessário que isto não seja

II Ordem

1. É possível que isto não seja
2. Não é contingente que isto seja
3. Não é impossível que isto não seja
4. Não é impossível que isto não seja

IV Ordem

1. Não é possível que isto seja não seja
2. Não é contingente que isto não seja
3. É impossível que isto não seja
4. É necessário que isto seja

Segundo este quadro de consecução extrai ele dois estudos especiais (i) *a consecução do impossível*; e, (ii) *a consecução do necessário*. Analisaremos ambos os aspectos.

(i) *Consecução do Impossível*. Aristóteles propõe a consecução da proposição modal impossível/possível de duas maneiras. A primeira, partindo de proposições possíveis – contraditórias entre si. Este processo é entendido como contraditório.⁷¹ Eis as proposições.

Sob a forma afirmativa:

É impossível que isto seja

ter-se-á:

(1) É possível que isto seja.

⁷¹ Aristóteles, *Int.*, 22a32-34.

e

(2) É contingente que isto seja.

Sob a forma negativa, temos:

Não é impossível que isto seja.

ter-se-á

(1) Não é possível que isto seja.

e,

(2) Não é contingente que isto seja.

O outro método de consecução do impossível está em se partir da negação e daí extrair a afirmação, e desta extrair aquela. Este processo, Aristóteles o denomina de *inversão*.⁷² Eis as proposições:

À proposição

É possível que isto seja.

Corresponde

É impossível que isto seja.

À proposição

Não é possível que isto seja.

Corresponde

É impossível que isto seja.

⁷² Aristóteles, *Int.* 22a34-37.

À proposição:

É impossível que isto seja.

Corresponde

Não é possível que isto seja.

(ii) *Consecução do Necessário*. Em se tratando do modo necessário, Aristóteles admite que a consecução será feita não mais em termos de contradição, mas outrossim, em termos de contrariedade. Assim, escreve ele ‘são as contrárias que seriam aqui consecutivas [às contraditórias do possível e do contingente], enquanto que as contraditórias seriam separadas uma da outra.’⁷³ A razão que explica esta atitude está em que ambas as proposições versando sobre o necessário não são entre si contrárias – como em possível/necessário – mas contrárias. ‘A razão [pensa-se] pela qual o necessário não segue as mesmas regras de consecução que os outros modos, é que enunciado de maneira contrária, *é possível* é equivalente a *é necessário*, porque se é impossível que uma coisa seja, é necessário, não que ela seja, mas que ela não seja, e se é impossível que ela não seja, é necessário que ela seja.’⁷⁴ Assim, impor-se-ia aqui a distinção entre contrariedade *voce* e *re*. As proposições necessárias entre si, não são contraditórias, mas contrárias *voce* não sendo tampouco contrárias *re* posto que podem ser simultaneamente verdadeiras. ‘Com efeito, a proposição *não é necessário que isto seja* não é a negação [contraditória] de *é necessário que isto não seja* porque estas duas proposições podem ser verdadeiras uma e outra ao mesmo sujeito, pois quando é necessário que uma coisa não seja, não é necessário que ela seja.’⁷⁵ Concluindo, escreve Aristóteles ‘resultaria que se as modais do impossível e do não-impossível são consecutivas, de maneira semelhante, as modais do possível e do não-possível, para as modais do necessário e do não-necessário é de maneira contrária que a consecução deve se fazer, pois *é necessário* e *é impossível* têm uma significação

⁷³ Aristóteles, *Int.*, 22a37-38.

⁷⁴ *Id. Int.*, 22b2-7.

⁷⁵ Aristóteles, *Int.*, 22a39-32b1-2.

que não é idêntica, mas como dissemos, inversa.⁷⁶ O que não é verdade e que será mais tarde retificado.

C. Terceiro Quadro de Consecução:

Numa terceira etapa Aristóteles apresenta um terceiro e último quadro de consecução das proposições modais onde foram feitas todas as correções sobre os quadros anteriores. Eis sua solução.⁷⁷

I Ordem

1. É possível que isto seja
2. É contingente que isto seja
3. Não é impossível que isto seja
4. Não é necessário que isto não seja.⁷⁸

III Ordem

1. Não é possível que isto seja
2. Não é contingente que isto seja
3. É impossível que isto seja
4. É necessário que isto não seja

II Ordem

1. É possível que isto não seja
2. É contingente que isto não seja
3. Não é impossível que isto não seja
4. Não é necessário que isto seja

IV Ordem

⁷⁶ Id. *Int.*, 22b7-9.

⁷⁷ Id. *Int.*, 22b10-28.

⁷⁸ Aristóteles vai demonstrar que I.4 do segundo quadro ('Não é necessário que isto seja') deve ser substituído por 'Não é necessário que isto não seja', isto é, II.4 do mesmo quadro. Assim, todo o desenvolvimento de *Int.*, 22b10 a 28 nada mais é que esta demonstração.

1. Não é possível que isto não seja
2. Não é contingente que isto não seja
3. É impossível que isto não seja
4. É necessário que isto seja

D. Quarto Quadro da Consecução:

Baseado na correlação, previamente estabelecida, entre a ontologia e a teoria da proposição modal torna-se viável a construção de um quarto e último quadro de consecução das proposições modais, que será empregado nos *Analíticos*.⁷⁹ Deste modo, Aristóteles desenvolve⁸⁰ uma teoria ôntico-modal na qual ele hierarquiza a modalidade lógica mostrando seu substrato ontológico.

I Ordem

- 1 Não é necessário que isto não seja
2. É possível que isto seja
3. É contingente que isto seja
4. Não é impossível que isto seja

III ordem

1. É necessário que isto não seja
2. Não é possível que isto seja
3. Não é contingente que isto seja
4. É impossível que isto seja

II ordem

1. Não é necessário que isto seja
2. É possível que isto não seja
3. É contingente que isto não seja
4. Não é impossível que isto não seja.

IV ordem

1. É necessário que isto seja

⁷⁹ Se bem que se atribua este desenvolvimento ao lógico medieval português Pedro da Fonseca.

⁸⁰ Aristóteles, *Int.*, 23a18-25.

2. Não é possível que isto não seja
3. Não é contingente que isto não seja
4. E impossível que isto não seja

Como facilmente se vê em cada ordem a modalidade evolui no sentido: necessário, possível, contingente e impossível.

Conclusão

Para concluir esta monografia importa atentar para as seguintes considerações. Em primeiro lugar, não existe um trabalho monográfico sobre este assunto entre nós, isto é, publicado em língua portuguesa. Não queremos com isto dizer que o trabalho que ora apresentamos seja de todo original, pois, não o é. Na verdade, o que temos aqui é apenas o desenvolvimento de um tema que não foi ainda entre nós tratado de forma específica e sistemática.

Em sua reconstrução não se utilizou o método histórico, mas apenas a doutrina que se encontra desenvolvida no *De Interpretatione*. Nesta obra vemos que Aristóteles não se ocupa com a contrapartida intelectual da proposição, vale dizer, com o juízo. Pelo contrário, sua única preocupação é com o discurso exteriorizado na linguagem.

Com toda clareza ele expõe a oposição que se dá entre os componentes subproposicionais e a proposição. A seguir, ele alerta para o aspecto qualitativo e quantitativo de toda proposição lógica. Qualitativamente, vimos, uma proposição se divide em afirmativa e negativa. Toda proposição afirmativa/negativa tem sua correspondente negativa/afirmativa. Tais pares de oposições são ditas ‘contraditórias’. Quantitativamente, as proposições são divididas em universais e particulares. Aristóteles também se dedica à exposição das diversas formas de oposição que têm lugar entre as proposições que divergem quanto à qualidade e quantidade.

Em segundo lugar, há que se ter presente o interesse especial que desperta a teoria aristotélica da proposição tendo em vista sua profunda influência na teoria gramatical da proposição (ou período) simples. Sem dúvida, embora remonte a Platão a divisão da proposição em nome e predicado (isto é, *onoma/rhêma*) sabemos que se deve a Aristóteles a decomposição do período simples em sujeito e predicado que vemos nos primeiros gramáticos latinos e que se propagaram, por séculos, e ainda hoje

persiste em nossa gramática normativa. Por certo, os gramáticos não mais remetem para fonte aristotélica original dessas noções, mas para o historiador travar conhecimento desta questão é de grande interesse. Dito de outra maneira, Aristóteles toma como ponto de partida a proposição categórica ou assertiva, que é por ele decomposta em nome e verbo, que são unidades subproposicionais, carentes de valor de verdade, mas dotadas de significado. Nome e verbo serão, mais tarde, reunidos sob a rubrica de ‘extremos’ da proposição, e são qualificados de ‘termos’ (*hóroi*) da proposição. Um *hóros*, ‘termo’ é aquela palavra que exerce a função de sujeito ou predicado em uma proposição. Mas, importa não esquecer que nenhum dos componentes de quaisquer dos extremos ou termos é dotado de significado. Assim em ‘O ouro é maleável’ se decompõe em ‘ouro’ e ‘maleável’, que são igualmente significativos; mas as sílabas ‘ou’ e ‘ro’ (de ‘ouro’) não são significativas. Aristóteles é igualmente levado à admitir a divisão dos termos em gerais e individuais. Os primeiros, são nomes de classes, enquanto que os segundos são nomes de indivíduos.

Em terceiro lugar, sabemos que a análise da proposição presente no *De Interpretatione* será abandonada pela lógica dos *Primeiros Analíticos*, o que veio a modificar sua análise estrutural da proposição. De fato, no *De Interpretatione* a proposição simples apresenta a seguinte disposição: ‘Todo A é B’, ‘Nenhum A é B’, ‘Algum A é B’ e ‘Algum A não é B’. Aqui, como vemos, ‘A’ ocupa a posição do *sujeito* da proposição; e ‘B’ ocupa a posição do *predicado* da proposição. Por tal razão, ‘A’ é dito ‘termo subjetivo’, enquanto que ‘B’ é chamado de ‘termo predicativo’. Note-se que é a *posição* que ‘A’ e ‘B’ ocupam na proposição é que definem se eles são o sujeito ou o predicado da mesma. O que não se dá com ‘Algum A não é B’. Assim, ‘Algum B não é A’, o termo ‘B’ vem a ser o termo subjetivo e ‘A’ o termo predicativo. Nos *Primeiros Analíticos*, porém, Aristóteles dispõe essas quatro formas de proposição diferentemente, a saber, ‘B pertence a todo A’, ‘B não pertence a nenhum A’, ‘B pertence a algum A’ e ‘B não pertence a algum A’. Note-se que nesta nova disposição o que de fato teve lugar foi apenas a *inversão* da posição dos extremos da proposição.

Todos os lógicos, de Aristóteles até Boole e Frege, sem exceção, mantiveram - pelo menos em suas grandes linhas - as diretrizes sugeridas por Platão e repensadas e aprofundadas por Aristóteles. Portanto, retomar este estudo tem um importante lastro histórico que cabe ser retomado e aprofundado.

Referências Bibliográficas

A. Fontes Primárias

ARISTÓTELES. *Organon: Categories; et De l'Interpretation*. Paris: Vrin, 1959.

_____. *Órganon*, São Paulo: Edipro, 2005.

_____. *Tópicos e Dos Argumentos Sofísticos*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

_____. *The Organon I: The Categories, On Interpretation*, 1955.

_____. *Da Interpretação*. São Paulo: Ed. Unesp, 2013.

B. Fontes Secundárias

Dicionários:

ABAGNANO, N., *Diccionario de Filosofia*. México: FCE, 1966.

APEL-LUDZ. *Diccionario de Filosofia*, Uteha: México, 1961.

BRUGGER, W. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Herder, 1962.

RUNES, D. *Dictionary of Philosophy*. Nova Jersey: Littlefield, 1966.

Monografias

ACKRILL, J. L. *Aristotle the Philosopher*. Oxford: 1981.

ALCOFORADO, P. 'Cronologia das Obras Lógicas de Aristóteles'. *Série Ciência e Tecnologia (ILTC)*, I, 3, 1992, p. 1-14.

BARNES, J. *Aristotle*. Oxford: 1982.

CHEVALIER, J. *La Notion Du Nécessaire chez Aristote*. Lyon: A. Rey, 1914.

COHEN, M., NAGEL, E. *Introduction to Logic and Scientific Method*. Londres, Routledge, 1963.

GRAYEFF, F. *Aristotle's and his School*. Londres: Duckworth, 1974.

HAMELIN, O. *Le Système d' Aristote*. Paris: Alcan, 1931.

PORCHAT PEREIRA, O. *Ciência e Dialética em Aristóteles*. São Paulo: Ed. Unesp, 2000.

MARITAIN, J. *Lógica Menor*. Rio de Janeiro: Agir, 1965.

MESQUITA, A. P. Introdução geral. *Obras de Aristóteles*, Lisboa: Casa da Moeda, 2005.

PEDRO DA FONSECA. *Institutionum dialecticarum, libre octo*. Coimbra: 1992.

ROSS, D. Aristotle. Londres: 1922.

STIRN, F. *Compreender Aristóteles*. Petrópolis: Vozes, 2006.

REALE, G., *Aristóteles*. São Paulo: Loyola, 1994.

LUTOSLAWISKI. *Origin and Growth of Plato's Logic*. Londres: Longmans, 1897.

TRICOT, J. *Organon d'Aristote*. Paris: Vrin, 1959.

WAITZ, T. *Aristotelis Organon Graece*. Hahn, Leipzig, 1844-46.